

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

1.1 Reestruturação organizacional

Foi aprovada na 187ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 10.10.2013, a reestruturação da Copel, que passou a ter cinco diretorias na Holding e a contar com mais duas subsidiárias integrais, a Copel Participações S.A., criada com o objetivo de gerir as participações em sociedades de propósito específico - SPEs do setor de energia, gás, telecomunicações, saneamento e serviços, e a Copel Renováveis S.A. que concentrará os investimentos em empreendimentos de geração de energia com fontes renováveis.

A reestruturação faz parte da adequação às necessidades do mercado e têm por objetivo tornar a estrutura mais ágil e com menor custo operacional.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e

- As demonstrações financeiras individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Copel somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12.03.2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados aos valores justos, e os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.7 e 9 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 10 - Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação de Concessão;

NE nº 3.9 e 13.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 3.11 e 18 - Intangível; e

NE nº 3.29 - Arrendamento operacional.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.13 – Redução ao valor de recuperável de ativos;

NE nº 3.25.1 - Receita não faturada;

NE nº 3.6 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 3.10 e 17 - Imobilizado;

NE nº 3.11 e 18 - Intangível;

NE nº 3.15 e 23 - Benefícios Pós-Emprego;

NE nº 3.19 e 28 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 3.4 e 34 - Instrumentos Financeiros.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Mudanças nas políticas contábeis

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013 estão sendo aplicados os CPCs: 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; 19 (R2) Negócios em Conjunto; 33 (R1) Benefícios a Empregados; 36 (R3) Demonstrações Consolidadas; e 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades.

Para fins de comparação, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31.12.2012 estão sendo reapresentados, contemplando os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Os principais efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos, na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, foram a exclusão dos saldos proporcionais dos empreendimentos controlados em conjunto, que eram apresentados linha a linha, e a eliminação dos diferimentos das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor).

3.1.1 Efeitos no balanço patrimonial de 1º.01.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	13.310.894	8.965	13.319.859
CIRCULANTE	1.300.161	-	1.300.161
NÃO CIRCULANTE	12.010.733	8.965	12.019.698
Realizável a Longo Prazo	1.476.621	-	1.476.621
Investimentos	10.534.112	8.965	10.543.077
PASSIVO	13.310.894	8.965	13.319.859
CIRCULANTE	223.073	-	223.073
NÃO CIRCULANTE	1.261.127	-	1.261.127
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.826.694	8.965	11.835.659

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	18.842.019	(1.505)	(3.359)	18.837.155
CIRCULANTE	3.702.013	(2.496)	-	3.699.517
Caixa e equivalentes de caixa	1.049.125	(679)	-	1.048.446
Dividendos a receber	17.906	(1.419)	-	16.487
Imposto de renda e contribuição social	215.381	(376)	-	215.005
Outras	2.419.601	(22)	-	2.419.579
NÃO CIRCULANTE	15.140.006	991	(3.359)	15.137.638
Realizável a Longo Prazo	5.659.868	(128)	(3.359)	5.656.381
Depósitos judiciais	430.817	(97)	-	430.720
Contas a receber vinculadas à concessão	3.236.474	(31)	-	3.236.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.536	-	(3.359)	462.177
Outras	1.527.041	-	-	1.527.041
Investimentos	549.158	6.038	-	555.196
Imobilizado	7.209.123	(6)	-	7.209.117
Intangível	1.721.857	(4.913)	-	1.716.944
PASSIVO	18.842.019	(1.505)	(3.359)	18.837.155
CIRCULANTE	2.058.821	(1.036)	-	2.057.785
Obrigações sociais e trabalhistas	224.095	(19)	-	224.076
Fornecedores	747.453	(19)	-	747.434
Outras obrigações fiscais	288.457	(864)	-	287.593
Outras	798.816	(134)	-	798.682
NÃO CIRCULANTE	4.713.670	(469)	(12.324)	4.700.877
Fornecedores	108.462	(466)	-	107.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	648.266	-	1.261	649.527
Benefícios pós-emprego	432.838	-	(13.585)	419.253
Provisões para litígios	1.000.823	(3)	-	1.000.820
Outras	2.523.281	-	-	2.523.281
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.069.528	-	8.965	12.078.493

3.1.2 Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	13.764.708	(135.608)	13.629.100
CIRCULANTE	1.218.801	-	1.218.801
NÃO CIRCULANTE	12.545.907	(135.608)	12.410.299
Realizável a Longo Prazo	1.540.940	-	1.540.940
Investimentos	11.004.967	(135.608)	10.869.359
PASSIVO	13.764.708	(135.608)	13.629.100
CIRCULANTE	257.700	-	257.700
NÃO CIRCULANTE	1.274.016	-	1.274.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.232.992	(135.608)	12.097.384

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO	21.211.554	(14.577)	11.926	21.208.903
CIRCULANTE	4.699.255	(17.563)	-	4.681.692
Caixa e equivalentes de caixa	1.483.137	(23.920)	-	1.459.217
Dividendos a receber	9.555	8.509	-	18.064
Imposto de renda e contribuição social	193.158	(1.614)	-	191.544
Outras	3.013.405	(538)	-	3.012.867
NÃO CIRCULANTE	16.512.299	2.986	11.926	16.527.211
Realizável a Longo Prazo	6.302.904	(39.068)	33.481	6.297.317
Contas a receber vinculadas à concessão	2.684.792	(38.966)	-	2.645.826
Depósitos judiciais	574.473	(102)	-	574.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	647.804	-	33.481	681.285
Outras	2.395.835	-	-	2.395.835
Investimentos	543.036	47.508	(21.555)	568.989
Imobilizado	7.871.849	(96)	-	7.871.753
Intangível	1.794.510	(5.358)	-	1.789.152
PASSIVO	21.211.554	(14.577)	11.926	21.208.903
CIRCULANTE	2.847.818	(14.374)	-	2.833.444
Obrigações sociais e trabalhistas	384.150	(142)	-	384.008
Fornecedores	1.136.359	(4.577)	-	1.131.782
Outras obrigações fiscais	290.896	(2.416)	-	288.480
Outras contas a pagar	97.042	(7.239)	-	89.803
Outras	939.371	-	-	939.371
NÃO CIRCULANTE	5.866.238	(203)	147.534	6.013.569
Fornecedores	100.996	(88)	-	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	615.924	(115)	(25.273)	590.536
Benefícios pós-emprego	502.423	-	172.807	675.230
Outras	4.646.895	-	-	4.646.895
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.497.498	-	(135.608)	12.361.890

3.1.3 Efeitos na demonstração de resultado de 31.12.2012

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.532.217	38.965	8.493.252
Custos Operacionais	(6.578.971)	(38.335)	(6.540.636)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.953.246	630	1.952.616
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(952.727)	711	(953.438)
Despesas com vendas	(65.659)	-	(65.659)
Despesas gerais e administrativas	(544.828)	(2.915)	(541.913)
Outras receitas (despesas), líquidas	(353.280)	(729)	(352.551)
Resultado da equivalência patrimonial	11.040	4.355	6.685
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.000.519	1.341	999.178
Resultado Financeiro	(27.821)	(1.171)	(26.650)
LUCRO OPERACIONAL	972.698	170	972.528
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(246.178)	(170)	(246.008)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	726.520	-	726.520

3.1.4 Efeitos na demonstração do resultado abrangente de 31.12.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	700.688	-	700.688
Outros resultados abrangentes			
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	144.573	(144.573)
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(6.758)	-	(6.758)
Outros ganhos - créditos de controlada	1.462	-	1.462
Tributos sobre outros resultados abrangentes	(139)	-	(139)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	(5.435)	144.573	(150.008)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	695.253	144.573	550.680

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	726.520	-	726.520
Outros resultados abrangentes			
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado			
Perdas com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	-	207.947	(207.947)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	-	(63.374)	63.374
Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com ativos financeiros disponíveis para venda	(10.449)	-	(10.449)
Outros ganhos - créditos de controlada	3.164	-	3.164
Tributos sobre outros resultados abrangentes	2.476	-	2.476
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	(4.809)	144.573	(149.382)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	721.711	144.573	577.138

3.1.5 Efeitos na demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	1º.01.2012	31.12.2012	1º.01.2012
Saldo original publicado	12.232.992	11.826.694	12.497.498	12.069.528
Ajuste atuarial conforme o CPC 33 (R1) - (a)	(135.608)	8.965	(205.466)	13.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	69.858	(4.620)
Saldo reapresentado	12.097.384	11.835.659	12.361.890	12.078.493

(a) Equivalência patrimonial na Controladora, líquida de tributos

3.1.6 Efeitos na demonstração do fluxo de caixa de 31.12.2012

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.395.216	24.147	1.419.363
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.780.354)	(47.388)	(1.827.742)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	819.150	-	819.150
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	434.012	(23.241)	410.771
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	434.012	(23.241)	410.771

3.1.7 Efeitos na demonstração do valor adicionado de 31.12.2012

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
Receitas	13.622.318	(38.966)	13.583.352
Venda de energia, serviços e outras receitas	11.925.819	(468)	11.925.351
Receita de construção	1.717.587	(38.498)	1.679.089
Outras receitas	1.738	-	1.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.826)	-	(22.826)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	6.432.730	(40.150)	6.392.580
Material, insumos e serviços de terceiros	4.654.632	(1.209)	4.653.423
Custo de construção	1.510.563	(38.335)	1.472.228
Outros insumos	231.507	(606)	230.901
Outros	36.028	-	36.028
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	7.189.588	1.184	7.190.772
(-) Depreciação e amortização	550.588	(733)	549.855
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	6.639.000	1.917	6.640.917
(+) Valor adicionado transferido	823.985	(4.972)	819.013
Receitas financeiras	648.938	(617)	648.321
Resultado de participações societárias	12.058	(4.355)	7.703
Outras receitas	162.989	-	162.989
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.462.985	(3.055)	7.459.930
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	1.327.721	(785)	1.326.936
Governo	4.659.967	(4.438)	4.655.529
Terceiros	748.777	2.168	750.945
Acionistas	726.520	-	726.520
	7.462.985	(3.055)	7.459.930

3.2 Base de consolidação

Os investimentos em controladas (NE nº 16.3), em empreendimentos controlados em conjunto (NE nº 16.4) e em coligadas (NE nº 16.5) são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

As operações em conjunto (consórcios) são contabilizadas na proporção de quota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que possui a participação.

3.2.1 Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isto resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

3.2.2 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.3 Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição. São reconhecidos pelos seus respectivos valores justo na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (*goodwill*), no ativo intangível. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é apresentado no investimento.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.4.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.4.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

3.4.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

3.4.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.4.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.4.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.4.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, e que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

3.6 Clientes

São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados com base no regime de competência.

Os saldos de parcelamento de débitos de clientes são trazidos a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

O saldo de clientes é apresentado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela Aneel, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço.

3.7 Contas a receber vinculadas à concessão

3.7.1 Ativo financeiro - distribuição

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Copel Distribuição pelos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

3.7.2 Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Especificamente ao Contrato de Concessão 060/2001, adições subsequentes à renovação que representem ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura reconhecidas como ativo financeiro, em virtude de representar futura geração de caixa operacional adicional, conforme regulamentação específica do poder concedente.

3.8 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.9 Tributos

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzindo os custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Para fins de apuração dos resultados tributáveis foi adotado o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, considerou-se os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando após a análise jurídica se o direito de indenização sobre os ativos residuais não estiver assegurado. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

3.11 Intangível

3.11.1 Contrato de concessão - distribuição

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

3.11.2 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.11.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.12 Intangíveis - concessões e autorizações

Os valores alocados como ativo intangível quando da aquisição de participações em companhias que detêm concessões estão sendo amortizados pelos respectivos prazos remanescentes de cada concessão ou autorizações (adquirido com vida útil definida).

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.14 Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal. Contudo, a Administração deliberou acrescentar na citada base de cálculo a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, de que trata o item 28 do ICPC nº 10, de forma a anular o efeito causado ao resultado pelo aumento da despesa com depreciação, decorrente da adoção das normas contábeis por ele estabelecidas, bem como pelo CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. Este procedimento reflete a política de remuneração aos acionistas da Companhia, a qual será praticada durante a realização de toda a reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ao final do exercício, com base em seu estatuto social.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

3.15 Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 23. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados, aprovados pela deliberação CVM nº 695/12.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.16 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 504/12 e 556/13.

3.17 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.18 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado ou intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.19 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.20 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes “A” e “B”.

As ações preferenciais classe “A” têm prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos mínimos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe “B” têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe “B” são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

3.21 Ajustes de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados.

Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros disponíveis para venda, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

3.22 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

3.23 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos a dividendos, a voto e a liquidação diferentes, os lucros básicos e diluídos por ação foram calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados, conforme o estatuto social da Companhia e os direitos de participação sobre lucros não-distribuídos calculados de acordo com o direito a dividendos de cada classe de ações.

3.24 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.25 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.25.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, da última medição efetuada até o último dia do mês.

3.25.2 Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos/instrumentos financeiros é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.26 Receita de construção e custo de construção

A ICPC 01/IFRIC 12 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. As subsidiárias da Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica conforme estágio de execução.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.

Considerando que a Copel Distribuição terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximos a zero.

A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2013 e de 2012 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

Na construção da infra-estrutura de distribuição de gás, semelhante a Copel Distribuição, a receita é reconhecida por um montante igual ao seu custo, uma vez que a construção da infra-estrutura é realizada por partes não relacionadas, durante curto prazo de tempo.

3.27 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.28 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como: atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas; cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.29 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

3.29.1 A Companhia e suas controladas como arrendadoras

As receitas de aluguel oriunda dos arrendamentos operacionais são reconhecidas pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

3.29.2 A Companhia e suas controladas como arrendatárias

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

3.30 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas, assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e

nem obrigatória conforme as IFRS.

3.31 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caixa e bancos conta movimento	1.787	1.972	130.311	94.484
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.623	27.492	1.611.321	1.364.733
	10.410	29.464	1.741.632	1.459.217

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101,43% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2013 e 100,75% em 31.12.2012.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	Controladora		Consolidado	
	NE 34.2		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Títulos disponíveis para venda						
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	96	90	36.983	39.845
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	26.995	175.792
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	90	86	90	86
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	-	1.990	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	-	-	130.369	162.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	-	-	63.663	167.917
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	-	-	-	13.661
Letras Financeiras Ligadas à CEF - LF Caixa	2	CDI	-	-	-	9.004
			186	176	260.090	568.822
Títulos para negociação						
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	-	-	93.529	24.742
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	24.164	16.373
CDB	2	CDI	-	-	-	3.147
Letras Financeiras	2	CDI	-	-	13.375	12.591
LFT	1	Selic	-	-	5.011	9.526
LTN	1	Selic	-	-	60.800	48.216
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPG	2	CDI	-	-	38.433	61.475
Ações	1	Ibovespa	-	-	-	93
Debêntures	2	CDI	-	-	3.215	3.668
Notas Promissórias	2	CDI	-	-	-	3.127
Renda Fixa Term 3	1	Pré-Fixada	-	-	-	56
			-	-	238.527	183.014
Títulos mantidos até o vencimento						
LF Caixa com vencimento em 07.11.2013		CDI	-	-	-	5.540
LF Caixa com vencimento em 08.11.2013		CDI	-	-	-	6.640
LF Caixa com vencimento em 12.11.2015		CDI	-	-	11.141	-
			-	-	11.141	12.180
			186	176	509.758	764.016
Circulante			186	176	389.222	635.501
Não circulante			-	-	120.536	128.515

A Copel e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Entre os principais valores aplicados, estão fundos exclusivos e garantias:

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Fundos exclusivos		
Copel Geração e Transmissão no Banco do Brasil	99.843	174.047
Copel Distribuição no Banco do Brasil	3	101.056
Copel Geração e Transmissão na Caixa Econômica Federal	-	91.807
Copel Distribuição na Caixa Econômica Federal	-	50.517
UEG Araucária no Banco do Brasil	113.546	78.021
UEG Araucária no BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	124.946	104.961
	338.338	600.409
Garantias		
Leilões da Aneel	374	21.427
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	118.647	72.998
Financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão	16.452	32.144
Atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	33.849	31.290
	169.322	157.859

6 Cauções e Depósitos Vinculados

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caução STN (6.1)	45.371	43.246
Caução CCEAR	1.068	34.289
Outros	908	2.519
	47.347	80.054
Circulante	1.976	36.808
Não circulante	45.371	43.246

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE nº 21.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2013	Saldo 31.12.2012
Consumidores					
Residencial	146.604	83.268	32.308	262.180	295.603
Industrial	131.224	21.465	17.631	170.320	166.182
Comercial	108.423	29.038	14.847	152.308	176.668
Rural	20.767	7.526	6.761	35.054	40.499
Poder público	20.337	22.343	26.282	68.962	49.464
Iluminação pública	16.240	49	90	16.379	17.778
Serviço público	15.258	14.041	229	29.528	34.488
Receita não faturada	274.059	-	-	274.059	330.326
Parcelamento de débitos	64.958	5.495	29.202	99.655	94.425
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	25.415	-	-	25.415	4.694
Governo do Paraná - luz fraterna	65.544	1.801	11.642	78.987	60.259
Outros créditos	5.932	24.593	27.854	58.379	41.742
	894.761	209.619	166.846	1.271.226	1.312.128
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	96.756	4.007	5.297	106.060	177.983
Contratos bilaterais	79.006	-	25	79.031	30.317
CCEE	45.628	-	14	45.642	2.173
Ressarcimento de geradores	-	-	1.256	1.256	1.288
	221.390	4.007	6.592	231.989	211.761
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	13.353	1.396	2.361	17.110	23.505
Rede básica e de conexão	10.268	405	3.995	14.668	28.017
	23.621	1.801	6.356	31.778	51.522
Telecomunicações	15.235	14.988	10.056	40.279	17.928
Distribuição de gás	30.735	1.634	127	32.496	34.767
PCLD (7.1)	-	-	(137.454)	(137.454)	(112.762)
	1.185.742	232.049	52.523	1.470.314	1.515.344
Circulante	1.053.056	232.049	52.523	1.337.628	1.489.173
Não circulante	132.686	-	-	132.686	26.171

7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2012	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2013
Consumidores, concessionárias e permissionárias							
Residencial	28.953	27.123	(16.847)	39.229	19.197	(12.249)	46.177
Industrial	25.163	8.568	(2.739)	30.992	9.739	(5.700)	35.031
Comercial	19.466	8.026	(3.480)	24.012	5.285	(2.532)	26.765
Rural	1.805	4.582	(861)	5.526	1.621	(740)	6.407
Poder público	2.359	6.957	-	9.316	3.727	-	13.043
Iluminação pública	79	50	-	129	(48)	-	81
Serviço público	41	72	-	113	70	-	183
Concessionárias e permissionárias	37.370	(37.146)	-	224	6.414	(125)	6.513
Telecomunicações	683	3.550	(1.012)	3.221	866	(833)	3.254
	115.919	21.782	(24.939)	112.762	46.871	(22.179)	137.454

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, foi renegociado, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004, da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

Em 31.12.2013, o saldo da CRC foi transferido da Copel Distribuição para a Copel, conforme anuência da Aneel, Despacho nº 4.222 de 11.12.2013, com a quitação do mútuo (NE nº 15.2), e a transferência do saldo financeiro remanescente, no valor de R\$ 468.317.

8.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

Consolidado	31.12.2013
2015	91.131
2016	97.192
2017	103.655
2018	110.549
2019	117.901
Após 2020	774.678
	1.295.106

8.2 Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	65.862	1.280.598	1.346.460
Juros	85.001	-	85.001
Variação monetária	2.621	101.066	103.687
Transferências	73.310	(73.310)	-
Amortizações	(150.864)	-	(150.864)
Em 31.12.2012	75.930	1.308.354	1.384.284
Juros	87.149	-	87.149
Variação monetária	2.522	69.677	72.199
Transferências	82.925	(82.925)	-
Amortizações	(163.078)	-	(163.078)
Em 31.12.2013	85.448	1.295.106	1.380.554

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

9.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais (a)	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	80.626	4.828.568	(1.592.125)	3.317.069
Capitalizações do intangível em curso	-	405.521	(57.916)	347.605
Transferências do não circulante para o circulante	269.163	(269.163)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(225.275)	-	-	(225.275)
Transferências para contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	(119.195)	(934.945)	-	(1.054.140)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(713)	-	(713)
Transferências do intangível em serviço - remensuração conforme Resolução Nº 474/2012	-	136.658	(53.245)	83.413
Variação monetária	-	276.041	(110.467)	165.574
Remuneração	-	396.168	-	396.168
Receita de construção	-	59.977	-	59.977
Atualização do valor justo	-	(303.084)	(98.020)	(401.104)
Baixas	-	(24.313)	-	(24.313)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	-	(13.116)	-	(13.116)
Em 31.12.2012 - Reapresentado	5.319	4.557.599	(1.911.773)	2.651.145
Capitalizações do intangível em curso	-	712.947	(82.878)	630.069
Transferências do não circulante para o circulante	21.532	(21.532)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(22.455)	-	-	(22.455)
Transferências do imobilizado	-	(1.562)	-	(1.562)
Transferências do imobilizado - Resolução nº 367/2009	-	1.082	-	1.082
Transferências para o intangível em serviço	-	(2.589)	-	(2.589)
Variação monetária	-	210.310	(102.051)	108.259
Remuneração	-	33.974	-	33.974
Receita de construção	-	136.536	-	136.536
Baixas	-	(28.233)	3.235	(24.998)
Baixas - Resolução 367/2009	-	(20.797)	-	(20.797)
Em 31.12.2013	4.396	5.577.735	(2.093.467)	3.488.664

(a) NE nº 18.3

9.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como ativo financeiro, por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de energia pelos consumidores (NE nº 3.7 Principais Políticas Contábeis - Contas a receber vinculadas à concessão e NE nº 18 Intangível).

9.3 Reajuste tarifário na Copel Distribuição

Em 20.06.2013, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, deliberou sobre o Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição. O reajuste tarifário médio autorizado foi de 14,61%, sendo 11,40% referente ao reajuste tarifário anual econômico, 1,68% relativos aos componentes financeiros do ano tarifário atual e 1,53% à retirada dos componentes financeiros do ano tarifário anterior. Entretanto, a Companhia solicitou junto à Aneel o efeito suspensivo do reajuste autorizado, com a perspectiva de diferimento na aplicação do índice de reajuste tarifário autorizado.

Atendendo à solicitação da Companhia, a Aneel, em 09.07.2013, aprovou o diferimento do reajuste médio de 14,61%, autorizando a aplicação de reajuste médio de 9,55%, retroativo a 24.06.2013, e, em caráter excepcional, o diferimento de R\$ 255.900, equivalente a diferença entre o reajuste aplicado e o autorizado, a ser considerado como um componente financeiro que será atualizado pela variação do IGP-M e incluído no cálculo do reajuste tarifário subsequente.

9.4 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Refere-se aos compromissos assumidos com os fornecedores de equipamentos e serviços referentes aos seguintes empreendimentos:

Linhas de Transmissão e Subestações	Valor
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	241.154
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III	43.182
Contrato nº 022/12 - LT 230 kV - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 e Londrina Figueira	39.517
Contrato nº 002/13 - LT 230 kV Assis - Paraguassu Paulista	50.624

10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

Refere-se a valores a receber previstos na Medida Provisória 579/12 - MP 579, convertida na Lei nº 12.783/13 em virtude da opção pela Companhia da prorrogação do contrato de concessão de transmissão nº 060/2001.

Para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, conforme Nota Técnica 396/12 - SRE/ANEEL, a indenização está sendo recebida em 30 parcelas mensais calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA remunerada pelo Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 5,59% real ao ano. A Companhia vem recebendo as parcelas conforme cronograma estabelecido.

Para os ativos não depreciados, existentes em 31.05.2000, o artigo 1º da resolução normativa Aneel nº 589 de 13.12.2013, define metodologia a ser aplicada na mensuração do valor da indenização, inclusive com a emissão de laudo de avaliação por empresa especializada. Esta resolução limitou-se apenas a reconhecer o direito das concessionárias à indenização definindo a forma da sua valoração. A Administração realizou avaliação dos ativos passíveis de indenização, aplicando a metodologia proposta e concluiu que a expectativa de indenização suporta os montantes registrados em 31.12.2013.

10.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	-	-	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBNI	-	893.923	893.923
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão - RBSE	-	160.217	160.217
Transferências do não circulante para o circulante	352.161	(352.161)	-
Variação monetária	3.924	15.826	19.750
Em 31.12.2012	356.085	717.805	1.073.890
Transferências do não circulante para o circulante	352.160	(352.160)	-
Amortizações	(440.656)	-	(440.656)
Variação monetária	43.591	-	43.591
Encargos	40.981	-	40.981
Em 31.12.2013	352.161	365.645	717.806

11 Outros Créditos

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Adiantamento a fornecedores (11.1)	122.311	41.442
Serviços em curso (11.2)	94.000	88.513
Repasse CDE (11.3)	51.067	-
Adiantamento para indenizações imobiliárias	40.403	8.740
Adiantamento a empregados	27.831	29.788
Parcerias em consórcios	25.540	25.540
Desativações em curso	10.980	10.514
Locação da planta da Usina Termelétrica de Araucária	6.499	11.894
Outros créditos	46.694	41.248
	425.325	257.679
Circulante	395.890	234.951
Não circulante	29.435	22.728

11.1 Adiantamento a Fornecedores

Referem-se aos adiantamentos a fornecedores previstos em cláusulas contratuais.

11.2 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

11.3 Repasse CDE

Refere-se a recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados pela Eletrobrás para cobrir os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição no valor de R\$ 21.042, conforme Resolução Homologatória nº 1.586 de 13.08.2013 e R\$ 30.025 para compensar os custos decorrentes da exposição no mercado de curto prazo e do risco hidrológico, regulamentado através do Decreto nº 7.945 de 07.03.2013.

12 Estoques

Consolidado		
Operação / Manutenção	31.12.2013	31.12.2012
Copel Distribuição	96.866	84.995
Copel Geração e Transmissão	31.298	28.299
Copel Telecomunicações	10.046	10.645
Compagás	1.068	870
	139.278	124.809

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	42.494	156.718	375.722	468.791
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(1.215)	(242.564)	(272.227)
IR e CSLL a compensar com o IRRF sobre JSCP	-	(5.020)	-	(5.020)
	42.494	150.483	133.158	191.544
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar (a)	169.717	-	197.659	19.995
	169.717	-	197.659	19.995
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	4.466	540.184	442.416
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(1.215)	(242.564)	(272.227)
	-	3.251	297.620	170.189

- a) Valores referentes ao IRRF relativos à quitação das operações de mútuo entre partes relacionadas, os quais foram transferidos para o ativo não circulante, considerando seu prazo de realização.

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

13.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1�.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2013
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	-	-	-	-	913	-	913
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	-	-	-	-	-	738	738
Outras adições temporárias							
Provisões para litígios	100.421	2.359	-	102.780	(8.313)	-	94.467
Provisão para participação nos lucros	-	-	-	-	250	-	250
PCLD	1.478	-	-	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.829	256	-	18.085	257	-	18.342
Provisão Finam	4.795	-	-	4.795	(710)	-	4.085
Juros sobre o capital próprio	16.666	5.043	-	21.709	(21.709)	-	-
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	-	-	-	14	-	14
Outros	450	(19)	-	431	164	-	595
	141.639	7.639	-	149.278	(29.134)	738	120.882
(-) Passivo não circulante							
Efeitos CPC 38 instrumentos financeiros	7.962	(1.314)	139	6.787	(2.303)	(104)	4.380
Exclusões temporárias							
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297	-	-	25.297
	33.259	(1.314)	139	32.084	(2.303)	(104)	29.677
Líquido	108.380	8.953	(139)	117.194	(26.831)	842	91.205

Consolidado	Saldo em 1�.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Outros	Saldo em 31.12.2013
Ativo não circulante								
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	2.486	-	-	2.486	7.227	-	-	9.713
Planos previdenciário e assistencial	154.108	24.204	-	178.312	17.172	-	-	195.484
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	16.142	71.157	-	87.299	(17.717)	-	-	69.582
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	-	-	58.944	58.944	-	73.579	-	132.523
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	579	-	579
Outras adições temporárias								
Provisões para litígios	287.220	50.808	-	338.028	37.308	-	-	375.336
PSDV	12.355	41.631	-	53.986	(52.670)	-	-	1.316
Provisão para P&D e PEE	28.791	17.999	-	46.790	19.976	-	-	66.766
PCLD	42.216	(764)	-	41.452	8.230	-	-	49.682
Amortização do direito de concessão	36.173	256	-	36.429	257	-	-	36.686
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	355	-	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	15.913	(1.066)	-	14.847	93	-	-	14.940
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922	-	-	-	6.922
Provisão Finam	4.795	-	-	4.795	(710)	-	-	4.085
Provisão para compra de energia	99.568	(2.535)	-	97.033	8.074	-	-	105.107
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	15.980	(6.309)	-	9.671	16.882	-	-	26.553
Juros sobre capital próprio	16.666	5.043	-	21.709	(21.709)	-	-	-
INSS - liminar sobre depósito judicial	-	-	-	-	6.773	-	16.483	23.256
Outros	5.490	1.354	-	6.844	(791)	-	-	6.053
	745.180	201.778	58.944	1.005.902	28.395	74.158	16.483	1.124.938
(-) Passivo não circulante								
Efeitos CPC 27 - custo atribuido	741.195	(52.035)	-	689.160	(52.619)	-	-	636.541
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	138.712	(134.138)	(4.459)	115	-	-	-	115
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	4.620	-	(4.430)	190	-	(190)	-	-
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	11.977	2.158	907	15.042	(5.885)	(1.881)	-	7.276
Outras exclusões temporárias								
Capitalização encargos financeiros	5.357	-	-	5.357	-	-	-	5.357
Diferimento de ganho de capital	-	175.450	-	175.450	(67.916)	-	-	107.534
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297	-	-	-	25.297
Fornecimento de gás	5.372	(1.791)	-	3.581	(1.791)	-	-	1.790
Outros	-	(115)	1.076	961	7.155	-	-	8.116
	932.530	(10.471)	(6.906)	915.153	(121.056)	(2.071)	-	792.026
Líquido	(187.350)	212.249	65.850	90.749	149.451	76.229	16.483	332.912
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	462.177			681.285				753.413
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(649.527)			(590.536)				(420.501)
Líquido	(187.350)			90.749				332.912

13.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos.

13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	43.092	38.311
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	61.093	54.190
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(35.596)	(43.378)
Outros tributos a compensar	-	11	1.424	367
	-	11	70.013	49.490
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	72.347	71.785
PIS/Pasep e Cofins	-	-	51.653	48.393
Outros tributos a compensar	-	-	498	11
	-	-	124.498	120.189
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	184.369	209.570
PIS/Pasep e Cofins a recolher	25.400	22.054	79.291	82.066
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(35.596)	(43.378)
IRRF sobre JSCP	-	5.020	39.440	39.303
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	-	(5.020)	-	(5.020)
Outros tributos	81	18	33.227	5.939
	25.481	22.072	300.731	288.480
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	40	-	68.402	-
	40	-	68.402	-

13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.099.391	696.202	1.506.504	972.528
IRPJ e CSLL (34%)	(373.793)	(236.709)	(512.211)	(330.660)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	283.340	165.149	32.423	52
Juros sobre o capital próprio	61.200	75.802	61.200	75.802
Dividendos	309	241	309	241
Finam	1.972	-	1.972	-
Despesas indedutíveis	(20)	(21)	(3.130)	(3.331)
Incentivos fiscais	-	-	10.364	11.688
Outros	161	24	4.004	200
IRPJ e CSLL correntes	-	(4.467)	(554.520)	(458.257)
IRPJ e CSLL diferidos	(26.831)	8.953	149.451	212.249
Alíquota efetiva - %	2,4%	-0,6%	26,9%	25,3%

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Fiscais	271.827	271.834	417.570	347.484
Trabalhistas	-	-	118.240	90.479
Cíveis				
Fornecedores	-	-	95.558	95.558
Cíveis	288	-	28.849	26.796
Servidões de passagem	-	-	8.106	7.157
Consumidores	-	-	2.397	2.419
	288	-	134.910	131.930
Outros	-	24	4.505	4.478
	272.115	271.858	675.225	574.371

15 Créditos com Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Coligadas e Controladas em Conjunto				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	85	78	85	78
Dominó Holdings	6.311	17.986	6.311	17.986
Costa Oeste	-	-	478	-
Marumbi	-	-	403	-
Transmissora Sul Brasileira	-	-	360	-
Caiuá	-	-	88	-
Integração Maranhense	-	-	227	-
Matrinchã	-	-	840	-
Guaraciaba	-	-	182	-
	6.396	18.064	8.974	18.064
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	321.902	635.489	-	-
Copel Distribuição	-	371.863	-	-
Copel Telecomunicações	21.585	7.982	-	-
Compagás	2.239	2.514	-	-
Elejor	28.718	2.752	-	-
Ventos de Santo Uriel	5	-	-	-
	374.449	1.020.600	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (15.1)	64.815	59.340	-	-
	64.815	59.340	-	-
Contratos de mútuo				
Copel Distribuição (15.2)	-	859.894	-	-
Elejor (15.3)	-	232.654	-	-
	-	1.092.548	-	-
Outros investimentos				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Outros investimentos	526	-	526	-
	526	-	526	-
	446.186	2.190.552	9.500	18.064
Ativo circulante - Dividendos a receber	381.371	1.038.664	9.500	18.064
Ativo não circulante	64.815	1.151.888	-	-

15.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 21.1).

15.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. Em 31.12.2013, o saldo do mútuo foi quitado com a transferência para a Copel de créditos da CRC junto ao Governo do Estado do Paraná, anuída pela Aneel conforme despacho nº 4.222 de 11.12.2013.

15.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo Órgão Regulador, por meio do Despacho Aneel nº 2.876/06, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac, a Elejor iniciou a amortização do mútuo em outubro de 2011.

Em setembro de 2013, a Elejor captou recursos através da 2ª emissão de debêntures e liquidou a dívida.

16 Investimentos

16.1 Combinação de Negócios

Em 1º.08.2013, a Companhia adquiriu do Salus Fundos de Investimento em Participações, 100% dos empreendimentos: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., Nova Eurús IV Energias Renováveis S.A., Santa Maria Energias Renováveis S.A., Santa Helena Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Uriel S.A..

A aquisição desses empreendimentos de geração eólica atende ao objetivo estratégico da Copel de aumentar a participação no segmento de geração por meio de fontes renováveis em sua matriz energética.

O valor investido, no total de R\$ 342.077, está suportado pelas projeções dos fluxos de caixa descontados das operações dos empreendimentos adquiridos.

No processo da aquisição, foram identificados os valores justos do patrimônio líquido das adquiridas, e os valores a título de direito de autorização, alocados na conta de Investimento, no balanço individual da Controladora. No balanço consolidado, os valores a título de direito de autorização foram alocados na conta de Intangível. O direito de autorização será amortizado durante o período das autorizações, a partir do início das operações comerciais.

Controladas 1º.08.2013	Vencimento da autorização	Patrimônio Líquido	Direito de autorização	Total pago
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	25.04.2046	6.056	51.659	57.715
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	31.05.2046	6.080	51.745	57.825
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	31.05.2046	6.058	49.948	56.006
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	27.04.2046	6.043	53.154	59.197
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	08.05.2047	17.765	26.813	44.578
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	09.04.2047	17.730	28.955	46.685
Ventos de Santo Uriel S.A.	09.04.2047	6.626	13.445	20.071
		66.358	275.719	342.077

Para a conclusão da operação de aquisição, a Companhia deverá desembolsar aproximadamente R\$ 18.500 adicionais, conforme atendimento de condições previstas em contrato.

Os dados seguintes detalham a composição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que foram reconhecidos na data das aquisições, e que correspondem aos seus valores justos naquela data.

1º.08.2013	Nova Asa Branca I	Nova Asa	Nova Asa Branca III	Nova Eurus IV	Santa Maria	Santa Helena	Ventos de Santo Uriel	Total
ATIVO	6.137	6.161	6.179	6.124	17.775	17.747	6.629	66.752
Ativo circulante	42	41	52	772	21	65	38	1.031
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	17	736	3	46	25	839
Outros ativos circulantes	36	35	35	36	18	19	13	192
Ativo não circulante	6.095	6.120	6.127	5.352	17.754	17.682	6.591	65.721
Imobilizado	6.070	6.095	6.102	5.327	17.715	17.643	6.567	65.519
Outros ativos não circulantes	25	25	25	25	39	39	24	202
PASSIVO	6.137	6.161	6.179	6.124	17.775	17.747	6.629	66.752
Passivo circulante	23	23	63	23	10	17	3	162
Passivo não circulante	58	58	58	58	-	-	-	232
Patrimônio líquido	6.056	6.080	6.058	6.043	17.765	17.730	6.626	66.358

Caso os novos empreendimentos tivessem sido consolidados a partir de 1º.01.2013, na demonstração do resultado teria sido incluído o prejuízo de R\$ 334.

16.2 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Reversão de provisão p/ perda	Saldo em 31.12.2013
Controladas (16.3)								
Copel Geração e Transmissão	6.167.382	1.000.889	(49.212)	-	-	(322.242)	-	6.796.817
Copel Distribuição	3.535.388	(78.509)	(90.194)	-	-	-	-	3.366.685
Copel Telecomunicações	328.145	47.732	(6.934)	-	-	(16.004)	-	352.939
Copel Renováveis	-	(423)	-	830	-	-	-	407
Copel Participações	-	(441)	-	848	-	-	-	407
UEG Araucária	133.119	7.233	-	-	-	-	-	140.352
Compagás	113.375	9.428	-	-	-	(2.635)	-	120.168
Elejor	52.403	29.363	-	-	-	(31.354)	-	50.412
Elejor - direito de concessão	17.534	-	-	-	(755)	-	-	16.779
Nova Asa Branca I	-	(32)	-	10.896	-	-	-	10.864
Nova Asa Branca I - direito de autorização	-	-	-	51.659	-	-	-	51.659
Nova Asa Branca II	-	(15)	-	13.520	-	-	-	13.505
Nova Asa Branca II - direito de autorização	-	-	-	51.745	-	-	-	51.745
Nova Asa Branca III	-	(20)	-	14.698	-	-	-	14.678
Nova Asa Branca III - direito de autorização	-	-	-	49.948	-	-	-	49.948
Nova Eurus IV	-	(26)	-	10.883	-	-	-	10.857
Nova Eurus IV - direito de autorização	-	-	-	53.154	-	-	-	53.154
Santa Maria	-	14	-	31.015	-	-	-	31.029
Santa Maria - direito de autorização	-	-	-	26.813	-	-	-	26.813
Santa Helena	-	46	-	36.080	-	-	-	36.126
Santa Helena - direito de autorização	-	-	-	28.955	-	-	-	28.955
Ventos de Santo Uriel	-	31	-	14.262	-	(5)	-	14.288
Ventos de S. Uriel - direito de autorização	-	-	-	13.445	-	-	-	13.445
	10.347.346	1.015.270	(146.340)	408.751	(755)	(372.240)	-	11.252.032
Controladas em conjunto (16.4)								
Dominó Holdings	358.114	96.635	18.881	-	-	(16.927)	-	456.703
Cutia	5.247	(465)	-	843	-	-	-	5.625
Cutia - direito de autorização	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	369.170	96.170	18.881	843	-	(16.927)	-	468.137
Coligadas (16.5)								
Sercomtel	10.567	(13.567)	-	3.000	-	-	-	-
Dona Francisca Energética	59.753	8.963	-	-	-	(10.540)	-	58.176
Foz do Chopim Energética	15.872	10.316	-	-	-	(10.400)	-	15.788
Carbocampel	1.413	(6)	-	-	-	-	-	1.407
Dois Saltos	300	-	-	420	-	-	-	720
Copel Amec	180	2	-	-	-	-	-	182
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-	-
	88.085	5.390	-	3.738	-	(20.940)	-	76.273
Outros investimentos								
Finam	1.323	-	-	-	-	-	-	1.323
Finor	312	-	(100)	-	-	-	-	212
Investco S.A.	9.282	-	(72)	-	-	-	-	9.210
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	-	14.868
Provisão para perda Nova Holanda	(14.868)	-	-	-	-	-	7.887	(6.981)
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	46.631	-	-	186.838	-	-	-	233.469
Outros investimentos	7.210	-	(134)	-	-	-	-	7.076
	64.758	-	(306)	186.838	-	-	7.887	259.177
	10.869.359	1.116.830	(127.765)	600.170	(755)	(410.107)	7.887	12.055.619



Controladora	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Resgate de quotas	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado
Controladas (16.3)								
Copel Geração e Transmissão	5.742.236	700.524	(51.244)	-	-	(224.134)	-	6.167.382
Copel Distribuição	3.671.986	(43.420)	(79.710)	-	-	(13.468)	-	3.535.388
Copel Telecomunicações	288.107	28.007	772	22.643	-	(11.384)	-	328.145
UEG Araucária	127.445	5.674	-	-	-	-	-	133.119
Compagás	105.305	10.584	-	-	-	(2.514)	-	113.375
Elejor	33.170	23.307	1.462	-	-	(5.536)	-	52.403
Elejor - direito de concessão	18.289	-	-	-	(755)	-	-	17.534
Centrais Eólicas do Paraná	1.225	(9)	-	-	-	(306)	(910)	-
	9.987.763	724.667	(128.720)	22.643	(755)	(257.342)	(910)	10.347.346
Controladas em conjunto (16.4)								
Dominó Holdings	345.953	50.366	(21.555)	-	-	(16.650)	-	358.114
Cutia	4.310	(447)	-	1.384	-	-	-	5.247
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	356.072	49.919	(21.555)	1.384	-	(16.650)	-	369.170
Coligadas (16.5)								
Sercomtel	70.341	(59.774)	-	-	-	-	-	10.567
Dona Francisca	53.061	8.149	-	-	-	(1.457)	-	59.753
Foz do Chopim	17.402	9.434	-	-	-	(10.964)	-	15.872
Carbocampel	1.307	(36)	-	142	-	-	-	1.413
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	15	-	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(61)	-	61	-	-	-	-
	142.576	(42.273)	-	203	-	(12.421)	-	88.085
Outros investimentos								
Finam	2.267	-	(944)	-	-	-	-	1.323
Finor	613	-	(301)	-	-	-	-	312
Investco S.A.	8.345	-	937	-	-	-	-	9.282
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	38.945	-	-	7.686	-	-	-	46.631
Outros investimentos	6.496	-	714	-	-	-	-	7.210
	56.666	-	406	7.686	-	-	-	64.758
	10.543.077	732.313	(149.869)	31.916	(755)	(286.413)	(910)	10.869.359



Consolidado	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Reversão de provisão p/ perda	Saldo em 31.12.2013
Controladas em conjunto (16.4)							
Dominó Holdings	358.114	96.635	18.881	-	(16.927)	-	456.703
Cutia	5.247	(465)	-	843	-	-	5.625
Costa Oeste	1.049	2.409	-	15.720	(478)	-	18.700
Marumbi	2.212	1.969	-	18.018	(402)	-	21.797
Transmissora Sul Brasileira	9.577	1.516	-	53.065	(361)	-	63.797
Caiuá	7.747	565	-	32.094	(88)	-	40.318
Integração Maranhense	9.630	1.016	-	74.959	(227)	-	85.378
Matrinchã	10.130	3.453	-	85.256	(840)	-	97.999
Guaraciaba	6.963	908	-	31.139	(182)	-	38.828
Paranaíba	-	210	-	17.640	-	-	17.850
	410.669	108.216	18.881	328.734	(19.505)	-	846.995
Coligadas (16.5)							
Sercomtel	10.567	(13.567)	-	3.000	-	-	-
Dona Francisca	59.753	8.963	-	-	(10.540)	-	58.176
Foz do Chopim	15.872	10.316	-	-	(10.400)	-	15.788
Carbocampel	1.413	(6)	-	-	-	-	1.407
Dois Saltos	300	-	-	420	-	-	720
Copel Amec	180	2	-	-	-	-	182
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-
	88.085	5.390	-	3.738	(20.940)	-	76.273
Outros investimentos							
Finam	1.323	-	-	-	-	-	1.323
Finor	312	-	(100)	-	-	-	212
Investco S.A.	9.282	-	(72)	-	-	-	9.210
Nova Holanda Agropecuária S.A.	14.868	-	-	-	-	-	14.868
Provisão para perda Nova Holanda	(14.868)	-	-	-	-	7.887	(6.981)
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	46.631	-	-	186.838	-	-	233.469
Outros investimentos	8.397	-	(134)	5	-	-	8.268
	70.235	-	(306)	186.843	-	7.887	264.659
	568.989	113.606	18.575	519.315	(40.445)	7.887	1.187.927

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Outros	Saldo em 31.12.2012 Reapresentado
Controladas em conjunto (16.4)							
Dominó Holdings	345.953	50.366	(21.555)	-	(16.650)	-	358.114
Cutia	4.310	(447)	-	1.384	-	-	5.247
Costa Oeste	204	(378)	-	1.243	-	(21)	1.048
Marumbi	8	(274)	-	2.479	-	-	2.213
Transmissora Sul Brasileira	2	1	-	9.574	-	-	9.577
Caiuá	-	(193)	-	7.940	-	-	7.747
Integração Maranhense	-	(59)	-	9.689	-	-	9.630
Matrinchã	-	85	-	10.045	-	-	10.130
Guaraciaba	-	(143)	-	7.106	-	-	6.963
	350.477	48.958	(21.555)	49.460	(16.650)	(21)	410.669
Coligadas (16.5)							
Sercomtel	70.341	(59.774)	-	-	-	-	10.567
Dona Francisca	53.061	8.149	-	-	(1.457)	-	59.753
Foz do Chopim	17.402	9.434	-	-	(10.964)	-	15.872
Carbocampel	1.307	(36)	-	142	-	-	1.413
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	15	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(61)	-	61	-	-	-
	142.576	(42.273)	-	203	(12.421)	-	88.085
Outros investimentos							
Finam	2.267	-	(944)	-	-	-	1.323
Finor	613	-	(301)	-	-	-	312
Investco S.A.	8.345	-	937	-	-	-	9.282
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.6)	38.945	-	-	7.686	-	-	46.631
Outros investimentos	7.683	-	714	-	-	-	8.397
	62.143	-	406	7.686	-	-	70.235
	555.196	6.685	(21.149)	57.349	(29.071)	(21)	568.989

16.3 Controladas

31.12.2013	Sede	Atividade principal	Participação %		
			Copel	Copel GeT	Não con- troladores
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição e comercialização de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Serviços de telecomunicações e de comunicações	100,00	-	-
Copel Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Copel Participações S.A.	Curitiba/PR	Holdings de instituições não-financeiras	100,00	-	-
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (a)	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (a)	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (a)	Touros/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Santa Maria Energias Renováveis S.A. (a)	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A. (a)	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Ventos de Santo Uriel S.A. (a)	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,00	-	49,00
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,00	-	30,00
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica utilizando gás natural	20,00	60,00	20,00

(a) Fase pré-operacional

A Administração efetuou os julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e concluiu que a Companhia possui todos os atributos necessários para determinar o controle das empresas Compagás, Elejor e UEG Araucária, ou seja, está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as investidas e tem a

capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre elas.

16.3.1 Demonstrações financeiras das controladas com participação de não controladores

31.12.2013	Com pagás	Eejeor	UEG Araucária
ATIVO	308.023	766.161	708.088
Ativo circulante	84.017	68.534	270.545
Ativo não circulante	224.006	697.627	437.543
PASSIVO	308.023	766.161	708.088
Passivo circulante	66.935	153.229	6.334
Passivo não circulante	5.462	540.913	-
Patrimônio líquido	235.626	72.019	701.754
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	423.014	217.412	106.398
Custos e despesas operacionais	(402.030)	(67.093)	(81.375)
Resultado financeiro	4.443	(86.799)	18.664
Tributos	(6.942)	(21.573)	(7.524)
Lucro do exercício	18.485	41.947	36.163
Resultado abrangente total	18.485	41.947	36.163
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	44.877	(77.800)	78.543
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(41.948)	(4.244)	(74.919)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(4.495)	104.346	-
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	(1.566)	22.302	3.624
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.993	25.282	18.219
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	34.427	47.584	21.843
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	(1.566)	22.302	3.624

16.4 Empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2013	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação % Copel	Participação % GeT	Valor contábil da participação
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	1.014.895	45,00	-	456.703
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	36.667	-	51,00	18.700
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	27.246	-	80,00	21.797
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	318.983	-	20,00	63.797
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. (a)	São Paulo/SP	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	11.273	49,90	-	5.625
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	82.281	-	49,00	40.318
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	174.240	-	49,00	85.378
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	199.997	-	49,00	97.999
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A. (a)	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	79.241	-	49,00	38.828
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	72.859	-	24,50	17.850

(a) Fase pré-operacional

A Administração efetuou julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, e concluiu que a Companhia controla estas empresas em conjunto com os demais investidores.

Os controles em conjunto são decorrentes de acordos entre os acionistas, independentemente do percentual de participação.

16.4.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado dos empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2013	Dominó (a)	Costa Oeste	Marumbi	Sul Brasileira	Cutia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba
ATIVO	1.071.264	48.558	35.270	531.454	11.421	139.572	276.643	782.964	324.772	74.815
Ativo circulante	22.670	2.261	4.029	45.351	94	4.370	2.517	239.769	127.239	20.832
Caixa e equivalentes de caixa	8.574	2.211	4.019	35.767	76	4.170	2.229	237.029	124.484	20.430
Outros ativos circulantes	14.096	50	10	9.584	18	200	288	2.740	2.755	402
Ativo não circulante	1.048.594	46.297	31.241	486.103	11.327	135.202	274.126	543.195	197.533	53.983
PASSIVO	1.071.264	48.558	35.270	531.454	11.421	139.572	276.643	782.964	324.772	74.815
Passivo circulante	56.369	10.425	7.046	207.156	16	44.638	76.364	575.904	243.170	1.779
Passivos financeiros	-	-	-	153.201	-	34.051	50.340	567.125	241.553	-
Outros passivos circulantes	56.369	10.425	7.046	53.955	16	10.587	26.024	8.779	1.617	1.779
Passivo não circulante	-	32.290	23.499	113.316	918	64.355	167.791	7.063	2.361	177
Adto. para futuro aumento de capital	-	30.824	22.521	108.001	786	51.702	141.752	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	1.466	978	5.315	132	12.653	26.039	7.063	2.361	177
Patrimônio líquido	1.014.895	5.843	4.725	210.982	10.487	30.579	32.488	199.997	79.241	72.859
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita operacional líquida	-	41.677	30.378	430.344	-	106.513	231.962	510.855	186.882	53.416
Custos e despesas operacionais	(6.195)	(35.878)	(27.320)	(417.040)	(936)	(104.302)	(228.386)	(525.463)	(192.713)	(54.401)
Resultados financeiros	(36.434)	261	484	(419)	6	86	212	21.655	7.682	2.096
Resultado da equivalência patrimonial	128.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	(1.336)	(1.081)	(5.104)	-	(1.145)	(1.716)	-	-	(253)
Ganho variação % de participação	134.040	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	220.407	4.724	2.461	7.781	(930)	1.152	2.072	7.047	1.851	858
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	220.407	4.724	2.461	7.781	(930)	1.152	2.072	7.047	1.851	858

(a) Práticas ajustadas às da Copel

16.5 Coligadas

31.12.2013	Sede	Atividade principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação Copel %	Valor contábil da participação
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	252.608	23,03	58.176
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	44.137	35,77	15.788
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	2.872	49,00	1.407
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (a)	Curitiba/PR	Energia elétrica	2.400	30,00	720
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	379	48,00	182
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	(1.329)	40,00	-
Sercomtel S.A. Telecomunicações (16.5.2)	Londrina/PR	Telecomunicações	-	45,00	-

(a) Fase pré-operacional

16.5.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das principais coligadas

31.12.2013	Foz do Chopim	Dona Francisca (a)
ATIVO	46.181	289.662
Ativo circulante	6.080	104.256
Ativo não circulante	40.101	185.406
PASSIVO	46.181	289.662
Passivo circulante	2.044	31.432
Passivo não circulante	-	5.622
Patrimônio líquido	44.137	252.608
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	38.831	104.464
Custos e despesas operacionais	(8.856)	(54.148)
Resultado financeiro	186	5.091
Provisão para IR e CSLL	(1.325)	(16.493)
Lucros acumulados	28.836	38.914
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	28.836	38.914

(a) Práticas ajustadas às da Copel

16.5.2 Sercomtel S.A. Telecomunicações

A conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Companhia, ocorrida em 2013, adotando, quando aplicável, as mesmas premissas citadas na nota de Imobilizado (NE nº 17.7) indicou com adequado nível de segurança que os ativos vinculados à coligada Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentavam-se acima do valor recuperável, resultando em uma perda reconhecida no resultado de 2013 no valor de R\$ 6.538 (R\$ 28.858 em 2012), contabilizada na conta de equivalência patrimonial, reduzindo a zero o investimento nesta coligada.

16.6 Adiantamento para futuro investimento

16.6.1 São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A

Em novembro de 2011, foi assinado entre a Copel e a Galvão Participações S.A. contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. São consideradas como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas.

Caso o contrato de compra e venda não seja efetivado, fica a vendedora obrigada a restituir os

recursos aportados no total de R\$ 77.886, corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM. As aprovações pela Aneel e pelo Cade já foram obtidas, aguardando-se a finalização do procedimento junto ao BNDES.

Em dezembro de 2013, foi assinado contrato de compra e venda dos 50,1% restantes das ações da São Bento Energia pelo valor de R\$ 109.500. Até 31.12.2013 foram aportados R\$ 111.396 referentes ao valor do prêmio negociado corrigido e R\$ 20.789 referentes à ressarcimento de saldos de caixa, previstos no contrato.

O contrato poderá ser rescindido caso não sejam obtidas as aprovações pela Aneel, pelo Cade e pelo BNDES, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

16.6.2 Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.

Em dezembro de 2013, foi assinado entre a Copel e a Galvão Participações S.A. contrato de compra e venda de 50,1% das ações do empreendimento controlado em conjunto Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A., bem como a totalidade dos 8 projetos de parques e complexos eólicos, todos de titularidade exclusiva da vendedora, pelo valor de R\$ 38.000. Até 31.12.2013, foram aportados R\$ 23.398 referentes à parte do valor negociado corrigido e foram retidos R\$ 15.000 para fazer frente a eventuais não conformidades atribuíveis aos projetos, conforme previsto no contrato.

O contrato poderá ser rescindido caso não seja obtida a aprovação incondicional da compra e venda das ações e dos projetos pelo Cade, ficando a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados, corrigidos pela variação do IPCA.

17 Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a tais serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto nº 2.003/96.

17.1 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2013	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço						
Copel	5	-	5	-	-	-
Copel Geração e Transmissão	12.483.418	(7.370.317)	5.113.101	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714
Copel Telecomunicações	504.115	(312.251)	191.864	498.571	(294.255)	204.316
Elejor	594.856	(140.657)	454.199	591.738	(122.685)	469.053
UEG Araucária	685.801	(263.587)	422.214	666.750	(229.920)	436.830
	14.268.195	(8.086.812)	6.181.383	13.248.245	(7.748.332)	5.499.913
Em curso						
Copel	24	-	24	-	-	-
Copel Geração e Transmissão	1.475.079	-	1.475.079	2.245.507	-	2.245.507
Copel Telecomunicações	174.113	-	174.113	114.825	-	114.825
Elejor	13.292	-	13.292	11.386	-	11.386
UEG Araucária	478	-	478	137	-	137
Nova Asa Branca I	14.184	-	14.184	-	-	-
Nova Asa Branca II	12.135	-	12.135	-	-	-
Nova Asa Branca III	13.124	-	13.124	-	-	-
Nova Eurus IV	12.496	-	12.496	-	-	-
Santa Maria	36.013	-	36.013	-	-	-
Santa Helena	39.432	-	39.432	-	-	-
Ventos de Santo Uriel	11.894	-	11.894	-	-	-
	1.802.264	-	1.802.264	2.371.855	-	2.371.855
Obrigações especiais						
Copel Geração e Transmissão	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	16.070.444	(8.086.812)	7.983.632	15.620.085	(7.748.332)	7.871.753

17.2 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2013	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.618.902	(4.493.402)	3.125.500	7.108.618	(4.341.971)	2.766.647
Máquinas e equipamentos	4.793.335	(2.551.632)	2.241.703	4.509.319	(2.406.775)	2.102.544
Edificações	1.519.516	(997.021)	522.495	1.379.133	(963.086)	416.047
Terrenos	263.620	(2.481)	261.139	183.024	-	183.024
Veículos	60.833	(33.884)	26.949	57.474	(28.580)	28.894
Móveis e utensílios	11.989	(8.392)	3.597	10.677	(7.920)	2.757
	14.268.195	(8.086.812)	6.181.383	13.248.245	(7.748.332)	5.499.913
Em curso	1.802.264	-	1.802.264	2.371.855	-	2.371.855
Obrigações especiais	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	16.070.444	(8.086.812)	7.983.632	15.620.085	(7.748.332)	7.871.753

17.3 Mutação do Imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	5.745.134	1.463.983	7.209.117
Programa de investimentos pagos	-	875.509	875.509
Programa de investimentos a pagar	-	119.590	119.590
Participação financeira do consumidor	-	(15)	(15)
Provisão para litígios	-	3.855	3.855
Imobilizações de obras	88.560	(88.560)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	713	-	713
Quotas de depreciação no resultado	(331.330)	-	(331.330)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.815)	-	(1.815)
Baixas	(1.349)	(2.522)	(3.871)
Em 31.12.2012 - Reapresentado	5.499.913	2.371.840	7.871.753
Efeito da primeira consolidação de controladas (NE nº 16.1)	-	65.519	65.519
Programa de investimentos pagos	-	420.227	420.227
Imobilizações de obras	1.054.115	(1.054.115)	-
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão	1.405	157	1.562
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão Resolução nº 367/2009	1.742	(2.824)	(1.082)
Transferências de (para) o intangível	(165)	2.660	2.495
Quotas de depreciação no resultado	(366.016)	-	(366.016)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.032)	-	(1.032)
Baixas	(1.262)	(1.215)	(2.477)
Baixas - Resolução 367/2009	(7.317)	-	(7.317)
Em 31.12.2013	6.181.383	1.802.249	7.983.632

17.4 Mutação do imobilizado por classe de ativos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2013
Terrenos	310.891	19.952	(2.481)	-	-	328.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	484.996	80.706	(33.869)	(288)	(1.196)	530.349
Máquinas e equipamentos	2.541.016	287.019	(173.945)	(8.601)	(16.193)	2.629.296
Veículos	29.834	3.176	(5.663)	-	-	27.347
Móveis e utensílios	8.161	3.269	(482)	(107)	(2.863)	7.978
Reservatórios, barragens, adutoras	3.024.040	253.350	(150.608)	(11)	38.962	3.165.733
Outros	1.472.815	(161.726)	-	(787)	(15.735)	1.294.567
	7.871.753	485.746	(367.048)	(9.794)	2.975	7.983.632

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012					Saldo em 31.12.2012
	Reapresentado	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Reapresentado
Terrenos	270.096	40.795	-	-	-	310.891
Edificações, obras civis e benfeitorias	507.227	7.975	(29.690)	(517)	1	484.996
Máquinas e equipamentos	2.483.488	178.910	(154.232)	(1.948)	34.798	2.541.016
Veículos	10.625	7.294	(3.829)	(42)	15.786	29.834
Móveis e utensílios	2.774	5.972	(470)	(8)	(107)	8.161
Reservatórios, barragens, adutoras	3.082.435	86.529	(144.924)	-	-	3.024.040
Outros	852.472	671.464	-	(1.356)	(49.765)	1.472.815
	7.209.117	998.939	(333.145)	(3.871)	713	7.871.753

17.5 Efeitos da Lei nº 12.783/2013 no imobilizado da Copel Geração e Transmissão

Em 12.09.2012, foi publicada a MP nº 579 que dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, alcançadas pela lei nº 9.074 de 1995. Em 17.09.2012 foi publicado o Decreto nº 7.805/12 que regulamenta a MP nº 579. De acordo com a MP 579/12, as Companhias que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do Poder Concedente, uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

A Companhia não manifestou interesse em prorrogar as concessões de geração vincendas até 2017, conforme descrito no quadro da NE nº 34.2.5 e, por conseguinte, o evento da MP nº 579 e normativas posteriores publicadas para aquelas Usinas, não afetarão o fluxo de caixa previsto até o final das atuais concessões. Isto é válido para a previsão de receitas e também para a expectativa de indenização ao final da concessão.

O Decreto nº 7.805/12 corrobora a premissa atualmente adotada nos testes de recuperabilidade de ativos, pois restabelece a condição de indenização a valor novo de reposição - VNR, a critério do Poder Concedente, do saldo residual dos ativos contabilizados em cada concessão.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para cálculo de recuperação a metodologia do VNR, conforme definido pela Lei nº 12.783/13.

17.6 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2013	31.12.2012
Geração		
Equipamento geral	6,92	6,22
Geradores	3,43	2,83
Reservatórios, barragens e adutoras	2,35	1,99
Turbina hidráulica	3,63	2,45
Turbinas a gás e a vapor	2,30	2,26
Resfriamento e tratamento de água	4,39	4,40
Condicionador de gás	4,39	4,40
Administração central		
Edificações	3,33	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,26
Móveis e utensílios	6,25	6,25
Veículos	14,29	14,29
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,70	7,70
Equipamentos terminais	10,50	10,50
Infraestrutura	6,30	6,30

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 3,56%.

Depreciação de ativos que integram o Projeto Original das Usinas de Mauá e Colíder

A Copel Geração e Transmissão tem ativos das usinas de Mauá e Colíder que integram o projeto original considerados sem total garantia de indenização do valor residual pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão dos empreendimentos. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96.

Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões, e depreciados com as taxas estabelecidas pela Aneel a partir da entrada em operação.

17.7 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação do imobilizado são as seguintes:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida por meio de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo Órgão Regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado, no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor do ativo imobilizado ao valor recuperável.

17.8 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro e o contrato de financiamento, no montante total de R\$ 1.041.155. Em dezembro de 2013 foi liberado o montante de R\$ 840.106 conforme NE nº 21.5.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 126,81, em 31.12.2013. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento apresentavam, em 31.12.2013, o saldo de R\$ 1.320.590.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 471.340, em 31.12.2013.

17.9 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental integrada da bacia do rio Tapajós e estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

As usinas que atualmente estão em estudo são Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no rio Tapajós. Já no rio Jamanxim, serão objeto de estudos, futuramente, as usinas de Cachoeira do Caí, com 802 MW, Cachoeira dos Patos, com 528 MW e Jamanxim, com 881 MW.

Os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam, em 31.12.2013, o saldo de R\$ 9.884.

17.10 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu

Em 27.08.2013, a Copel Geração e Transmissão constituiu consórcio com a Geração Céu Azul S.A., cujo percentual de participação é 30% e 70%, respectivamente, para construir e explorar o empreendimento Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada mínima de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná, com geração através de 3 turbinas Kaplan. Esse consórcio recebeu a denominação "Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu" - CEBI.

No âmbito do Acordo de Consorciados, foi ajustado que a Copel Geração e Transmissão executará as atividades de Engenharia do Proprietário para o CEBI, cujo valor dessa atividade, fixado em R\$ 15.392, será considerado como aporte da Copel Geração e Transmissão no consórcio.

Os gastos realizados nesse empreendimento apresentavam, em 31.12.2013, o saldo de R\$ 341.

18 Intangível

Consolidado	Direito de concessão e de autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	31.12.2013
	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (a)	custo	amortização acumulada (b)		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	15.884	(732)	17.734	(6.108)	43	26.821
Copel Distribuição (18.2)	-	-	3.664.119	(3.269.508)	-	-	-	394.611
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(326.007)	256.417	-	-	-	(69.590)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	22.386	(9.280)	-	13.106
Compagás (18.4)	-	-	239.239	(101.937)	5.221	(3.296)	-	139.227
Elejor (18.5)	-	-	263.920	(69.141)	-	-	6.286	201.065
UEG Araucária	-	-	-	-	373	(206)	-	167
Direito de concessão - Elejor (18.5)	22.626	(5.847)	-	-	-	-	-	16.779
Direito de autorização - Cutia (18.6)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
Direito de autorização - Nova Asa I	51.659	-	-	-	-	-	-	51.659
Direito de autorização - Nova Asa II	51.745	-	-	-	-	-	-	51.745
Direito de autorização - Nova Asa III	49.948	-	-	-	-	-	-	49.948
Direito de autorização - Nova Eurús IV	53.154	-	-	-	-	-	-	53.154
Direito de autorização - S. Maria	26.813	-	-	-	-	-	-	26.813
Direito de autorização - S. Helena	28.955	-	-	-	-	-	-	28.955
Direito de autorização - Ventos S. Uriel	13.445	-	-	-	-	-	-	13.445
	304.154	(5.847)	3.857.155	(3.184.901)	45.714	(18.890)	6.329	1.003.714
Sem vida útil definida								
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	21	21
	304.154	(5.847)	3.857.155	(3.184.901)	45.714	(18.890)	6.350	1.003.735
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	17.209	-	1.940	-	2.531	21.680
Copel Distribuição (18.2)	-	-	1.091.217	-	-	-	-	1.091.217
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(154.965)	-	-	-	-	(154.965)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	2.032	-	85	2.117
Compagás	-	-	70.716	-	-	-	-	70.716
Nova Asa Branca I	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca II	-	-	-	-	-	-	44	44
Nova Asa Branca III	-	-	-	-	-	-	190	190
Nova Eurús IV	-	-	-	-	-	-	42	42
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	447	447
Santa Helena	-	-	-	-	-	-	42	42
Ventos de Santo Uriel	-	-	-	-	-	-	52	52
	-	-	1.024.177	-	3.972	-	3.477	1.031.626
								2.035.361

(a) Amortização pelo período de concessão

(b) Taxa anual de amortização: 20%



Consolidado	Direito de concessão e de autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Reapresentado 31.12.2012
	custo	amortização	custo	amortização	custo	amortização		
		acumulada (a)		acumulada (a)		acumulada (b)		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	12.905	(36)	15.158	(3.511)	43	24.559
Copel Distribuição (18.2)	-	-	3.713.620	(3.113.508)	-	-	-	600.112
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(320.627)	211.651	-	-	-	(108.976)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.819	(6.319)	-	19.500
Compagás (18.4)	-	-	217.446	(86.920)	4.070	(2.906)	-	131.690
Elejor (18.5)	-	-	263.920	(60.532)	-	-	5.927	209.315
UEG Araucária	-	-	-	-	360	(145)	-	215
Direito de concessão - Elejor (18.5)	22.626	(5.092)	-	-	-	-	-	17.534
Direito de autorização - Cutia (18.6)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.407	(12.881)	5.970	899.758
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	39	39
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.407	(12.881)	6.009	899.797
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (18.1)	-	-	15.101	-	991	-	4.312	20.404
Copel Distribuição (18.2)	-	-	898.361	-	-	-	-	898.361
Copel Distribuição-obrig. especiais (18.3)	-	-	(83.748)	-	-	-	-	(83.748)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.467	-	7	1.474
Compagás	-	-	52.837	-	-	-	-	52.837
Elejor	-	-	-	-	-	-	27	27
	-	-	882.551	-	2.458	-	4.346	889.355
								1.789.152

(a) Amortização pelo período de concessão

(b) Taxa anual de amortização: 20%

Mutação do intangível

Saldos	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		Consolidado
	em	em	Obrigações especiais			em	em	
	serviço	curso	em serviço	em curso		serviço	curso	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	1.224.874	674.591	(200.444)	(40.457)	24.098	4.271	30.011	1.716.944
Programa de investimentos	-	840.119	-	-	-	-	11.685	851.804
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(107.980)	-	-	-	(107.980)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	-	-	-	-	-	1.886
Transferências para tributos correntes a recuperar	(8.073)	(301)	-	-	-	-	-	(8.374)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - remensuração Resolução nº 474/2012	(136.658)	-	53.245	-	-	-	-	(83.413)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(405.521)	-	57.916	-	-	-	(347.605)
Capitalizações para intangível em serviço	140.889	(140.889)	(6.773)	6.773	-	34.824	(34.824)	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(256.731)	-	42.709	-	(755)	(3.748)	-	(218.525)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(12.544)	-	2.287	-	-	24	-	(10.233)
Baixas	(4.671)	(3.586)	-	-	-	-	(68)	(8.325)
Alienações	(191)	-	-	-	-	-	-	(191)
Ajuste de ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	-	-	3.164	-	3.164
Em 31.12.2012 - Reapresentado	946.895	966.299	(108.976)	(83.748)	23.343	38.535	6.804	1.789.152
Programa de investimentos	-	1.018.057	-	-	275.719	-	5.297	1.299.073
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(160.614)	-	-	-	(160.614)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	5.087	-	-	-	-	-	5.087
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	2.589	-	2.589
Transferências de (para) o imobilizado	-	-	-	-	-	165	(2.660)	(2.495)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9.1)	-	(712.947)	-	82.878	-	-	-	(630.069)
Capitalizações para intangível em serviço	87.599	(87.599)	(6.519)	6.519	-	1.697	(1.697)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(272.967)	-	43.163	-	(755)	(6.627)	-	(237.186)
Quotas de amortização - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(14.135)	-	2.460	-	-	(497)	-	(12.172)
Baixas	(5.443)	(9.755)	282	-	-	(2.669)	(295)	(17.880)
Baixas - Resolução nº 367	(105)	-	-	-	-	(19)	-	(124)
Em 31.12.2013	741.844	1.179.142	(69.590)	(154.965)	298.307	33.174	7.449	2.035.361

Mutação do intangível por classe de ativos

Consolidado	Contrato de concessão e autorização	Direito de concessão	Softwares	Outros	Saldos
Em 1º.01.2012	1.658.564	24.098	31.468	2.814	1.716.944
Adições	386.420	-	7.309	7.537	401.266
Transferência para contas a receber vinculadas à concessão	(83.413)	-	-	-	(83.413)
Quotas de amortização-concessão e autorização	(224.279)	(755)	(3.724)	-	(228.758)
Baixas	(8.257)	-	(65)	-	(8.322)
Outros	(8.565)	-	-	-	(8.565)
Em 31.12.2012	1.720.470	23.343	34.988	10.351	1.789.152
Adições	232.461	275.719	3.032	2.265	513.477
Transferência de contas a receber vinculadas à concessão	-	-	2.589	-	2.589
Quotas de amortização-concessão e autorização	(241.479)	(755)	(7.124)	-	(249.358)
Baixas	(15.021)	-	(2.688)	(295)	(18.004)
Transferência para o imobilizado	-	-	-	(2.495)	(2.495)
Em 31.12.2013	1.696.431	298.307	30.797	9.826	2.035.361

18.1 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível é constituído e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

18.2 Copel Distribuição

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção, bem como prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado por meio do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 474/2012, estabeleceu a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis, no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceita pelo mercado deste ramo.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

O valor residual de cada bem, que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão, está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9).

18.3 Copel Distribuição - obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos do acionista.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais, para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de distribuição.

De acordo com a regulamentação da Aneel, as obrigações especiais devem ser registradas no balanço como um redutor do total do ativo intangível e financeiro. O saldo de obrigações especiais que consta no intangível será amortizado durante o prazo da concessão.

18.4 Compagás

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás e o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. A construção de infraestrutura e aquisição de bens são consideradas como prestação de serviços do Poder Concedente, o Estado do Paraná.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Compagás, com expectativa de amortização média, limitada ao prazo da concessão, de 7,1% a.a. para os gasodutos construídos até 31.12.2008 e de 10% a.a. para os demais ativos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás, após 2014, serão revertidos ao Poder Concedente e a Compagás será indenizada pelos investimentos efetuados com base no valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado conforme valores a serem apurados à época.

18.5 Elejor

Contrato de concessão

Ativo intangível relativo ao direito de UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (NE nº 26).

Direito de concessão

A aquisição das ações da Elejor, pertencentes à Triunfo Participações S.A., em 18.12.2003, gerou direito de concessão no valor total de R\$ 22.626, que, em 31.12.2013 apresenta saldo de R\$ 16.779 na Controladora. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo tem vencimento em 2036. O efeito no resultado em 2013 foi de R\$ 755 (R\$ 755 em 2012).

18.6 Direito de autorização - Cutia

A aquisição das ações da Cutia gerou direito de autorização no valor de R\$ 5.809, que será amortizado durante o prazo da autorização, a partir do início da operação comercial do empreendimento, previsto para 1º.01.2015, conforme resoluções autorizativas da Aneel. O prazo da autorização dos parques eólicos é de 30 anos a contar da data de publicação das resoluções autorizativas no Diário Oficial, ocorrida em 05.01.2012.

18.7 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- o crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- a taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 17.7.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	39.115	61.312
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	30.008	34.160
	69.123	95.472
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	2.524	3.015
Férias	84.071	96.746
Participação nos lucros e/ou resultados	80.048	29.940
Desligamentos voluntários	3.871	158.781
Consignações a favor de terceiros	48	54
	170.562	288.536
	239.685	384.008

20 Fornecedores

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Energia elétrica	581.968	517.982
Materiais e serviços	373.195	471.526
Encargos de uso da rede elétrica	72.151	82.195
Gás para revenda	51.502	43.681
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	63.544	117.306
	1.142.360	1.232.690
Circulante	1.092.239	1.131.782
Não circulante	50.121	100.908

20.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	812,41	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	37,45	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	51,91	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,76	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	54,37	14.12.2006	104,74
8º Leilão - Produto 2010 Q5	2010 a 2014	0,010	30.11.2009	99,14
8º Leilão - Produto 2010 D5	2010 a 2014	0,012	30.11.2009	80,00
10º Leilão - Produto 2012 Q3	2012 a 2014	15,59	30.11.2011	79,99
		1.016,51		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,25	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	42,37	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	72,41	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	67,10	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	11,99	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	139,67	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,14	27.08.2009	144,60
		662,03		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	52,55	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	54,94	19.05.2008	71,37
		107,49		

21 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	1.568	586	2.154	3.311	62.661	56.029
Eletrobrás	7	-	7	6	-	5
	1.575	586	2.161	3.317	62.661	56.034
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	644.182	71.885	716.067	168.624	886.893	1.373.235
Eletrobrás (21.3)	49.322	7	49.329	54.204	130.427	178.841
Finep (21.4)	6.869	66	6.935	2.014	33.622	27.511
BNDES (21.5)	19.289	1.487	20.776	18.156	1.104.333	196.699
Banco do Brasil						
Repassé BNDES (21.6)	11.369	469	11.838	14.975	148.742	157.268
Notas promissórias (21.7)	150.000	-	150.000	-	-	-
	881.031	73.914	954.945	257.973	2.304.017	1.933.554
	882.606	74.500	957.106	261.290	2.366.678	1.989.588

Controladora	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	1.568	586	2.154	3.311	62.661	56.029
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	528.374	32.273	560.647	24.795	394.091	915.692
	529.942	32.859	562.801	28.106	456.752	971.721

21.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amortização	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2013	31.12.2012
<i>Capitalization Bond</i>	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	1.595	4.180
<i>Par Bond</i>	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	37.385	22.548
<i>Discount Bond</i>	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	25.835	32.612
						64.815	59.340
						Circulante	2.154
						Não circulante	62.661
							3.311
							56.029

Empresa:

Copel

Data da emissão:

20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 18.700 e R\$ 26.671 (R\$ 17.820 e R\$ 25.426 em 31.12.2012), respectivamente (NE nº 6.1).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

21.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2013	31.12.2012
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	66	298
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	311.286	430.932
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	184.735	170.142
CCB 21/11062X (d)	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% da taxa média do CDI	151.000	152.135	-
NC 330600129 (e)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	30.156	29.911
NC 330600132 (f)	28.02.2007	1	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	238.591	236.729
NC 330600151 (g)	31.07.2007	1	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.718	18.565
NC 330600156 (h)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	14.821	14.705
NC 330600157 (i)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	38.439	38.143
NC 330600609 (j)	19.08.2011	3	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	614.013	602.434
						1.602.960	1.541.859
						Circulante	716.067
						Não circulante	886.893
							1.602.960

Empresas:

Copel Distribuição: (a) (b) (c) (d)

Copel: (e) (f) (g) (h) (i) (j)

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencida em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas, no valor de R\$ 50.333, vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018: (d)

A primeira no valor de R\$ 200.000, vencível em 21.07.2014, e as demais em 21.07.2015 e 21.07.2016: (j)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c) (d)

Exclusivo para quitação de empréstimos : (e) (f) (g) (h) (i) (j)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

Cessão de créditos: (d)

21.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2013	31.12.2012
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	83.362	119.038
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	12	16
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	376	441
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	142	166
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	179	205
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	77	87
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	47	53
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	2.846	4.059
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	17.286	21.333
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	59.357	69.351
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	14.798	16.525
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.274	1.771
						179.756	233.045
						Circulante	49.329
						Não circulante	130.427
							54.204
							178.841

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a)

Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa/PR: (l)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:

Final da carência em 30.12.2012 (k)

21.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						31.12.2013	31.12.2012
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	1.147	2.295
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	547	1.618
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	21.223	15.526
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	17.640	10.086
						40.557	29.525
						Circulante	6.935
						Não circulante	2.014
						33.622	27.511

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b)

Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação: (a) (b) (c)

Observações:

Foram devolvidos R\$ 414 por não ter sido executada parte do projeto: (b)

Em substituição ao contrato 2100567-00, de 29.11.2010. Crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas. Em contrapartida a financiada se compromete a participar dos custos de elaboração com o valor mínimo de R\$ 8.324. Foram liberadas 3 parcelas no valor de R\$ 38.471, deste, R\$ 12.664 em 2013. A 1ª amortização ocorrerá em 15.02.2014: (c)

21.5 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2013	31.12.2012
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.02.2012	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	160.572	172.137
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	37.484	39.568
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	2.022	3.150
1220768.1 (d)	28.09.2012	192	15.08.2013	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	67.259	-
13211061 (e)	04.12.2013	192	15.11.2015	15.10.2031	1,49% acima da TJLP	1.041.155	840.106	-
13210331 (f)	03.12.2013	168	15.09.2014	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	17.666	-
							1.125.109	214.855
							Circulante	20.776
							Não circulante	1.104.333
								18.156
								196.699

Empresa:

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)

Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)

Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima: (c)

Implantação da PCH Cavernoso II: (d)

Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado: (e)

Implantação da Subestação Cerquillo III em 230/138kV: (f)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a) e (d)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011MME-UHE Colíder e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e Sadia S.A.: (e)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010-ANEEL, celebrado entre Copel e União Federal: (f)

21.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2013	31.12.2012
21/02000-0	16.04.2009	179	15.02.2012	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	160.580	172.243
							160.580	172.243
							Circulante	11.838
							Não circulante	148.742
								14.975
								157.268

Empresa:

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

21.7 Notas Promissórias - Eólicas

Empresa	Data da emissão	Vencimento único	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado 31.12.2013
Nova Asa Branca I (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Nova Asa Branca II (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Nova Asa Branca III (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Nova Eurus IV (a)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	22.000	22.000
Santa Maria (b)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	25.000	25.000
Santa Helena (c)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	24.000	24.000
Ventos de Santo Uriel (d)	26.12.2013	24.06.2014	100% da taxa média do CDI + 0,90%	13.000	13.000
					150.000

Características:

Notas promissórias emitidas da seguinte maneira: 4 notas emitidas com valores unitários de R\$ 5.500 (a); 5 notas emitidas com valores unitários de R\$ 5.000 (b); 6 notas emitidas com valores unitários de R\$ 4.000(c); e 13 notas emitidas com valores unitários de R\$ 1.000 (d)

Encargos financeiros:

Juros pagos integralmente no vencimento.

Destinação:

Garantia de recursos para o programa de investimento com a construção das usinas eólicas.

Garantia:

Fidejussória

Interveniente garantidora:

Copel

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

21.8 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado			
		31.12.2013	%	31.12.2012	%
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	14,64	64.822	1,95	59.351	2,64
		64.822	1,95	59.351	2,64
Moeda nacional					
TJLP	5,00	1.308.607	39,37	387.111	17,20
IGP-M	5,51	65	-	284	0,01
Ufir	0,00	96.394	2,90	114.006	5,06
Finel	1,07	83.361	2,51	119.040	5,29
CDI	41,59	1.752.895	52,74	1.541.561	68,49
TR	0,19	-	-	13.998	0,62
Sem indexador	-	17.640	0,53	15.527	0,69
		3.258.962	98,05	2.191.527	97,36
		3.323.784	100,00	2.250.878	100,00
Circulante		957.106		261.290	
Não circulante		2.366.678		1.989.588	

21.9 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2013	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2015	-	197.045	197.045	-	632.865	632.865
2016	-	197.046	197.046	-	369.456	369.456
2017	-	-	-	-	154.749	154.749
2018	-	-	-	-	153.839	153.839
2019	-	-	-	-	100.379	100.379
Após 2020	62.661	-	62.661	62.661	892.729	955.390
	62.661	394.091	456.752	62.661	2.304.017	2.366.678

21.10 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2012	4.490	53.955	111.997	2.004.030	2.174.472
Ingressos	-	-	-	81.723	81.723
Encargos	2.738	-	133.106	48.507	184.351
Variação monetária e cambial	163	4.712	174	1.460	6.509
Transferências	2.633	(2.633)	202.166	(202.166)	-
Amortização - principal	(2.302)	-	(35.566)	-	(37.868)
Pagamento - encargos	(4.405)	-	(153.904)	-	(158.309)
Em 31.12.2012	3.317	56.034	257.973	1.933.554	2.250.878
Ingressos	-	-	150.000	1.089.126	1.239.126
Encargos	2.732	-	143.636	38.210	184.578
Variação monetária e cambial	258	7.974	241	1.342	9.815
Transferências	1.347	(1.347)	758.215	(758.215)	-
Amortização - principal	(1.478)	-	(30.030)	-	(31.508)
Pagamento - encargos	(4.015)	-	(325.090)	-	(329.105)
Em 31.12.2013	2.161	62.661	954.945	2.304.017	3.323.784

21.11 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2013, todas as condições foram analisadas e indicaram pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

22 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			31.12.2013	31.12.2012
1ª (a)	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.015.389	1.010.677
2ª (b)	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	192.556	-
							1.207.945	1.010.677
							Circulante	57.462
							Não circulante	1.150.483
								997.958

Empresas:

Copel Distribuição: (a)

Elejor: (b)

Características:

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, nos valores mínimos de: R\$ 1.000.000 (a) e R\$ 203.000 (b)

Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10, nas quantidades de: 100.000 (a) e 20.300 (b)

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente: (a) e (b)

Encargos financeiros:

Juros pagos semestralmente em abril e outubro: (a)

Juros pagos mensalmente: (b)

Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora: (a)

Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel: (b)

Garantias:

Fidejussória: (a) e (b)

Interveniente garantidora:

Copel: (a)

Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%: (b)

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: (a) e (b)

22.1 Mutação das debêntures

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2012	-	-	-
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	14.858	(2.042)	12.816
Pagamento - encargos	(2.139)	-	(2.139)
Em 31.12.2012	12.719	997.958	1.010.677
Ingressos	40.600	162.400	203.000
Encargos	89.282	5.259	94.541
Transferências	15.134	(15.134)	-
Amortização - principal	(10.152)	-	(10.152)
Pagamento - encargos	(90.121)	-	(90.121)
Em 31.12.2013	57.462	1.150.483	1.207.945

22.2 Cláusulas contratuais restritivas

A Copel Distribuição e a Elejor emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2013, todas as condições foram analisadas e indicaram pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

23 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Em função da unificação dos regulamentos dos Planos I e II ocorrida no último trimestre de 2013 o plano assumiu uma nova nomenclatura, passando a chamar-se Plano Unificado.

23.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 (R1) e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

23.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

23.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Plano previdenciário	5	989
Plano assistencial	967.227	700.060
	967.232	701.049
Circulante	29.983	25.819
Não circulante	937.249	675.230

A Companhia revisou a sua posição atuarial definida por ocasião do último exercício social em 31.12.2012, motivada principalmente pelos aumentos nas taxas de juros e na variação real dos custos. Consequentemente, as premissas financeiras foram revisadas em conjunto com seu atuário independente, considerando uma nova taxa de desconto na data base de 31.12.2013, com base nos leilões de títulos do Governo Federal mais recentes. Os ativos líquidos dos planos também foram revisados e reavaliados pelos seus valores justos.

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Plano previdenciário (CD)	346	-	51.857	46.345
Plano previdenciário (CD) - administradores	714	689	988	751
Plano assistencial - pós-emprego	-	-	76.815	94.456
Plano assistencial	177	-	46.435	41.269
Plano assistencial - administradores	79	57	101	57
	1.316	746	176.196	182.878

Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	36.037	419.253	455.290
Apropriação do cálculo atuarial	-	94.610	94.610
Contribuições previdenciárias e assistenciais	101.477	-	101.477
Ajuste referente a perdas atuariais	-	186.392	186.392
Transferências	25.025	(25.025)	-
Amortizações	(136.720)	-	(136.720)
Em 31.12.2012 - Reapresentado	25.819	675.230	701.049
Apropriação do cálculo atuarial	-	76.524	76.524
Contribuições previdenciárias e assistenciais	119.149	-	119.149
Ajuste referente a perdas atuariais	-	216.967	216.967
Transferências	31.472	(31.472)	-
Amortizações	(146.457)	-	(146.457)
Em 31.12.2013	29.983	937.249	967.232

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 695/12

23.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2013 e 2012, estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2013		2012	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,93%	-	5,35%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	6,08%	12,37%	3,30%	8,83%
Planos de benefícios assistenciais	6,20%	12,50%	3,84%	9,40%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,05%	2,00%	7,46%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

23.4.2 Número de participantes e beneficiários

Consolidado	Plano previdenciário		Plano assistencial	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Número de participantes ativos	9.325	9.637	8.824	9.297
Número de participantes inativos	7.211	6.734	6.233	5.417
Número de dependentes	-	-	24.307	23.949
Total	16.536	16.371	39.364	38.663

23.4.3 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CD
Em 31.12.2013		
Participantes aposentados	17,72	26,67
Participantes pensionistas	18,48	30,12
Em 31.12.2012		
Participantes aposentados	18,00	25,30
Participantes pensionistas	21,30	33,80

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,0 anos.

23.4.4 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2013 totalizaram um superávit do plano de R\$ 362.035, enquanto que, em 31.12.2012, a posição era de R\$ 578.288, resumidas abaixo:

Consolidado	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2013	31.12.2012
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.941.108	1.092.697	5.033.805	5.412.342
Valor justo dos ativos do plano	(4.303.143)	(125.470)	(4.428.613)	(5.290.570)
Estado de cobertura do plano	(362.035)	967.227	605.192	121.772
Ativo não reconhecido	362.035	-	362.035	578.288
	-	967.227	967.227	700.060

A Companhia procedeu um ajuste no seu passivo assistencial através de relatório atuarial, data base 30.09.2013, quando efetuou o registro em outros resultados abrangentes do valor de R\$ 155.314 correspondente a perda atuarial apurada até àquela data. Em 31.12.2013 registrou na mesma conta o valor de R\$ 61.653, correspondente a perda atuarial apurada pelo relatório atuarial, naquela data base.

23.4.5 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2012	3.807.850	563.823
Custo de serviço	330	2.341
Custo dos juros	342.636	83.074
Benefícios pagos	(264.676)	(13.278)
Benefícios concedidos	244	-
(Ganhos) / perdas atuariais	677.202	212.796
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2012	4.563.586	848.756
Custo de serviço	1.115	11.852
Custo dos juros	359.412	62.241
Benefícios pagos	(249.939)	(46.373)
Benefícios concedidos	(244)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(732.822)	216.221
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2013	3.941.108	1.092.697

23.4.6 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2012	3.984.143	120.790
Retorno esperado dos ativos	421.581	13.867
Contribuições e aportes	27.027	-
Benefícios pagos	(264.676)	(13.277)
Benefícios concedidos	244	-
Ganhos / (perdas) atuariais	973.555	27.316
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2012	5.141.874	148.696
Retorno esperado dos ativos	438.761	-
Contribuições e aportes	2.077	-
Benefícios pagos	(249.939)	(46.373)
Benefícios concedidos	(244)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.029.386)	23.147
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2013	4.303.143	125.470

23.4.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2014, segundo critérios atuariais da Deliberação

CVM nº 695/12, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial	2014
Custo do serviço corrente	999	8.055	9.054
Custo estimado dos juros	405.498	110.900	516.398
Rendimento esperado do ativo do plano	(524.992)	(15.945)	(540.937)
Contribuições estimadas dos empregados	(399)	-	(399)
Custos (receitas)	(118.894)	103.010	(15.884)

23.4.8 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	6,08%	-7,56%	10,13%
Impactos em milhares de reais - R\$		(245.977)	329.550
Impactos nas obrigações do programa de saúde	6,20%	-17,66%	12,28%
Impactos em milhares de reais - R\$		(158.967)	110.499
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	4,68%	-12,63%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		58.552	(129.763)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,40%	0,31%
Impactos em milhares de reais - R\$		(15.589)	12.323
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-1,33%	0,48%
Impactos em milhares de reais - R\$		(14.497)	5.217

23.4.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2014	421.686	96.050	517.736
2015	436.672	96.431	533.103
2016	449.775	96.928	546.703
2017	460.290	97.668	557.958
2018	949.227	198.411	1.147.638
2020 a 2050	9.888.916	2.603.665	12.492.581

23.4.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2013 e a alocação-meta para 2014, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2014	2013
Renda fixa	84,2%	85,8%
Renda variável	8,8%	10,3%
Empréstimos	1,9%	1,5%
Imóveis	2,0%	1,7%
Investimentos estruturados	3,1%	0,7%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

Consolidado	Plano Unificado (BD)		Plano III (CD)	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	93,0%	87,0%	67,2%	56,0%
Renda variável	1,0%	0,0%	23,8%	10,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,5%	2,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	2,5%	0,0%	4,5%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

Em 31.12.2013 e 2012, os valores dos ativos do plano previdenciário incluíam os seguintes títulos mobiliários emitidos pela Copel:

Consolidado	Plano previdenciário de benefícios definidos	
	31.12.2013	31.12.2012
Ações	1.832	1.909
	1.832	1.909

23.4.11 Informações adicionais

A Copel também patrocina um plano de contribuição definida para todos os empregados.

As contribuições nos exercícios encerrados em 31.12.2013 e 31.12.2012 foram de R\$ 70.240 e R\$ 59.742, respectivamente.

24 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Reserva global de reversão - RGR	31.652	15.581
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.342	23.719
Conta de consumo de combustível - CCC	-	17.198
	37.994	56.498

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

25.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2013	Saldo em 31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT (a)	-	3.771	-	3.771	3.424
MME	-	1.887	-	1.887	1.712
P&D	29.179	-	142.749	171.928	142.384
	29.179	5.658	142.749	177.586	147.520
Programa de eficiência energética - PEE					
	40.242	-	64.753	104.995	116.640
	69.421	5.658	207.502	282.581	264.160
Circulante				127.860	159.599
Não circulante				154.721	104.561

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

25.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	P&D		PEE		
	circulante	circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	3.017	1.510	34.910	86.027	117.478	8.622	251.564
Constituições	19.296	9.648	842	18.454	-	26.079	74.319
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	145	145
Juros Selic	-	-	114	9.000	-	5.631	14.745
Transferências	-	-	11.420	(11.420)	37.977	(37.977)	-
Recolhimentos	(18.889)	(9.446)	-	-	-	-	(28.335)
Conclusões	-	-	(6.963)	-	(41.315)	-	(48.278)
Em 31.12.2012	3.424	1.712	40.323	102.061	114.140	2.500	264.160
Constituições	21.692	10.847	869	20.825	-	25.109	79.342
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	619	619
Juros Selic	-	-	111	10.207	-	4.907	15.225
Transferências	-	-	8.121	(8.121)	3.386	(3.386)	-
Recolhimentos	(21.345)	(10.672)	-	-	-	-	(32.017)
Conclusões	-	-	(2.468)	-	(42.280)	-	(44.748)
Em 31.12.2013	3.771	1.887	46.956	124.972	75.246	29.749	282.581

26 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pelo direito de UBP

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	circulante		não circulante	
				31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	913	884	12.612	12.083
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	118	-	17.091	15.101
PCH Cavernoso (c)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	35	-	101	-
PCH Apucarantina (d)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	247	-	702	-
PCH Chopim I (e)	11.07.2013	11.07.2013	07.2015	55	-	26	-
PCH Chaminé (f)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	427	-	1.214	-
Complexo Energético Fundação-Santa Clara (g)	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	49.686	47.593	388.547	371.896
				51.481	48.477	420.293	399.080

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c) (d) (e) (f)

Elejor: (g)

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:

5,65% a.a. (a)

7,74% a.a. (b) (c) (d) (e) (f)

11,00% a.a. (g)

Pagamento à União:

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07: (a)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11: (b)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos, nos valores de: R\$ 34: (c); R\$ 240: (d); R\$ 53 (e); e R\$ 414 (f)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01: (g)

Correção anual das parcelas:

Variação IPCA: (a) (b) (c) (d) (e) (f)

Variação IGP-M: (g)

26.1 Valor nominal e valor presente – uso do bem público

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2013	52.392	51.481
2014	53.770	45.954
2015	53.738	41.467
2016	53.738	37.446
Após 2016	1.022.841	295.426
	1.236.479	471.774

26.2 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	44.656	370.442	415.098
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.886	1.886
Transferências	44.680	(44.680)	-
Pagamentos	(44.411)	-	(44.411)
Variação monetária	3.552	71.432	74.984
Em 31.12.2012	48.477	399.080	447.557
Outorga Aneel - uso do bem público	749	4.338	5.087
Transferências	49.128	(49.128)	-
Pagamentos	(48.966)	-	(48.966)
Variação monetária	2.093	66.003	68.096
Em 31.12.2013	51.481	420.293	471.774

27 Outras Contas a Pagar

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	22.952	11.786
Taxa de iluminação pública arrecadada	21.489	17.852
Devolução ao consumidor	19.428	7.650
Consumidores	18.745	15.661
Cauções em garantia	14.286	12.109
Parcerias em consórcios	3.003	2.063
Outras obrigações	37.341	22.682
	137.244	89.803
Circulante	137.011	89.803
Não circulante	233	-

28 Contingências e Provisões para Litígios

28.1 Ações consideradas como de perda provável

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Custo de construção	Quitações	Saldo em 31.12.2013
Fiscais (28.1.1)						
Cofins (a)	243.131	-	-	-	-	243.131
Outras	51.445	14.096	(21.433)	-	-	44.108
	294.576	14.096	(21.433)	-	-	287.239
Trabalhistas (28.1.2)	154.990	53.964	(1.577)	-	(11.323)	196.054
Benefícios a empregados (28.1.3)	78.670	88.359	(45.563)	-	(26.657)	94.809
Cíveis (28.1.4)						
Fornecedores (a)	68.630	-	(3.855)	-	-	64.775
Cíveis e direito administrativo (b)	176.811	49.210	(21.621)	-	(6.562)	197.838
Servidões de passagem	5.964	5.771	(953)	-	(143)	10.639
Desapropriações e patrimoniais (c)	317.472	35.063	-	943	(17)	353.461
Consumidores	7.477	3.024	(868)	-	-	9.633
	576.354	93.068	(27.297)	943	(6.722)	636.346
Ambientais (28.1.5)	193	35	(17)	-	-	211
Regulatórias (28.1.6)	50.925	5.328	(4.785)	-	-	51.468
	1.155.708	254.850	(100.672)	943	(44.702)	1.266.127

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012			Custo de	Adições no		Saldo em 31.12.2012
	Reapresentado	Adições	Reversões	construção	imobilizado em curso	Quitações	Reapresentado
Fiscais (28.1.1)							
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	-	-	243.131
Outras	47.371	20.551	(9.180)	-	-	(7.297)	51.445
	281.934	29.119	(9.180)	-	-	(7.297)	294.576
Trabalhistas (28.1.2)	128.505	47.859	(1.893)	-	-	(19.481)	154.990
Benefícios a empregados (28.1.3)	58.089	33.945	(149)	-	-	(13.215)	78.670
Cíveis (28.1.4)							
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(21.552)	-	-	-	68.630
Cíveis e direito administrativo (b)	112.059	92.975	(19.132)	-	-	(9.091)	176.811
Servidões de passagem	4.839	1.315	(176)	-	-	(14)	5.964
Desapropriações e patrimoniais (c)	273.647	38.999	(93)	1.064	3.855	-	317.472
Consumidores	5.493	4.490	(2.506)	-	-	-	7.477
	484.041	139.958	(43.459)	1.064	3.855	(9.105)	576.354
Ambientais (28.1.5)	104	89	-	-	-	-	193
Regulatórias (28.1.6)	48.147	2.976	(160)	-	-	(38)	50.925
	1.000.820	253.946	(54.841)	1.064	3.855	(49.136)	1.155.708

Controladora	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Saldo em 31.12.2013
Fiscais (28.1.1)				
Cofins (a)	243.131	-	-	243.131
Outras	29.803	11.613	(19.400)	22.016
	272.934	11.613	(19.400)	265.147
Cíveis	17.694	2.347	(19.651)	390
Regulatórias	11.667	643	-	12.310
	302.295	14.603	(39.051)	277.847

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2012
Fiscais (28.1.1)					
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	243.131
Outras	40.042	1.217	(4.200)	(7.256)	29.803
	274.605	9.785	(4.200)	(7.256)	272.934
Cíveis	9.929	8.550	(785)	-	17.694
Regulatórias	10.821	846	-	-	11.667
	295.355	19.181	(4.985)	(7.256)	302.295

28.1.1 Fiscais

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

Processo pelo qual a Receita Federal pretende cobrar a Cofins do período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, como decorrência do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, ajuizada pela União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Face entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais, a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas considera-se como perda provável o valor do principal, de R\$ 48.814 e os juros e a multa, são objeto de outro processo (11453.720001/20011-23) e totalizam em 31.12.2013 o montante de R\$ 122.542, classificados como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

Processo, pelo qual a Receita Federal pretende cobrar a Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, como decorrência do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, ajuizada pela União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins. Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

A ausência de precedentes jurisprudenciais, a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas considera-se como perda provável o valor do principal, de R\$ 194.317 e os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário, totalizam em 31.12.2013 o montante de R\$ 616.284 como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos.

28.1.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

28.1.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

28.1.4 Cíveis

a) Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

Trata-se de contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., sobre o qual a COPEL Distribuição promoveu ação judicial para discutir a validade de cláusulas e condições ilegais, enquanto que as vendedoras, após rescindirem o pacto, provocaram a Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Na fase de cumprimento/execução de sentença, os fornecedores apresentaram cartas de fiança bancária como garantia e, após, levantaram valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), porém a ação permanece classificada como perda provável, em razão de execução de saldo remanescente, no final de 2011, no valor de R\$ 27.438, com conseqüente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, pendente de julgamento, pelo que foi mantida a provisão financeira para este litígio, no valor original das dívidas que, corrigidas até 31.12.2013, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 24.250 estão contabilizados na conta Fornecedores.

Pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública foi determinado o pagamento de R\$ 22.162 como saldo remanescente, com a conseqüente liberação a favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.372, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. Esta decisão ainda está sub judice, vez que é objeto de recurso pela Copel e pelo Consórcio Salto Natal.

b) Cíveis e direito administrativo

Tradener Ltda.

Copel e Tradener Ltda. possuem diversas ações sobre o contrato de comercialização de energia celebrado entre ambas, no qual a Tradener se comprometeu a “comercializar” nas melhores

condições todo o excedente de compra e todo o excedente de energia assegurada, com os efetivos preços, quantidades e condições a serem estipulados em contratos de compra e venda de energia elétrica, a saber: Ação Popular nº 37879/0000, da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; Ação Popular nº 720/2001, da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; Ação Civil Pública nº 421/2003, da 02ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; Ação Declaratória nº 1583/2005, da 01ª Vara da Fazenda de Curitiba; e Ação Declaratória e Condenatória nº 0000659-69.2006.8.16.0004, da 02ª Vara da Fazenda de Curitiba.

Nas ações acima não se debate sobre valores, mas sobre a validade ou não do contrato de comercialização firmado entre a Tradener e a Copel e dos contratos de venda de energia em que a Tradener figurou como intermediadora. A possibilidade de anulação dos contratos é remota, tendo em vista decisões já proferidas em alguns dos processos acima.

Em face de uma liminar proferida nos autos nº 421/2003 da Ação Civil Pública, a execução do contrato estava suspensa, no entanto, houve a revogação da liminar. Assim, a Tradener ajuizou as seguintes ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões:

- autos nº 0005990-22.2012.8.16.0004 – 1ª Vara da Fazenda de Curitiba – ação proposta para cobrar comissões devidas pela intermediação nos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, o valor principal de R\$ 43.133 foi classificado como provável e o valor de R\$ 19.918, que se refere à correção monetária, foi classificado como possível, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e, portanto, não incidiria a referida correção.

- autos nº 05550-26.2012.8.16.0004 – 4ª Vara da Fazenda de Curitiba – ação proposta para cobrar comissões devidas pela intermediação nos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com as empresas Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Opp Polietilenos S.A. e Enron Comercializadora de Energia Ltda. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, o valor principal de R\$ 21.687 foi classificado como provável e o valor de R\$ 16.507, que se refere à correção monetária, foi classificado como possível, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e, portanto, não incidiria a referida correção.

c) Desapropriações e patrimoniais

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação declaratória, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí de reclamar créditos que teria junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, a título de desequilíbrio econômico-financeiro da contratação. Com base nesta decisão, a Ivaí propôs ação de cobrança, cuja decisão, contestada pela Copel, determinou o pagamento do valor histórico de R\$ 180.917, datado de 31.10.2005, a ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, e juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios de 3,2% da condenação.

Em lide rescisória, a tese recursal da Copel, atualmente sob análise do STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

No mês de junho de 2013, o julgamento do Recurso Especial nº 1.096.906 foi concluído, com votos desfavoráveis do Ministro Relator Castro Meira, acompanhado pelos Ministros Humberto Martins e Mauro Campbell Marques, sendo que o Ministro Herman Benjamin, vencido, posicionou-se em favor do provimento do recurso da Copel.

O acórdão foi publicado em 27.09.2013. A Copel opôs embargos de declaração, salientando que o voto-vencido, da lavra do Ministro Herman Benjamin, deve prevalecer, além de apontar que a questão da cumulação da taxa selic não foi enfrentada e debatida pela Turma, os quais foram rejeitados, sob a relatoria do Ministro Og Fernandes. Diante da persistência dos vícios, a Copel opôs novo recurso de embargos de declaração, ainda pendente de julgamento.

Até a conclusão do julgamento do recurso especial, e diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia havia procedido a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 312.816, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência da selic e mantendo os juros nos cálculos periciais e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 31.12.2013, ou seja, R\$ 259.534. Neste caso, a Companhia reputa que a chance de êxito é superior a 50%, haja vista a jurisprudência do STJ a respeito da matéria, e o fato de que o TJPR e o STJ não enfrentaram a questão nem rejeitaram expressamente o pedido da Copel de não-cumulação, o que garante a perspectiva de que, quando analisada a fundo, predominará o entendimento pacificado daquela Corte Superior.

Com a publicação do acórdão do recurso especial, confirmou-se que a tese recursal acerca da cumulação indevida não foi enfrentada a contento pelo Colegiado, na medida em que apenas se fez referência à ilegalidade da cumulação a partir da elaboração do laudo pericial, de modo que a Companhia vislumbra, quando julgados os embargos de declaração, seja a questão direta e profundamente apreciada e corrigida, com a exclusão da cumulação no laudo pericial.

Proposta execução provisória pela Ivaí, a Copel promoveu Medida Cautelar perante o STJ e obteve liminar, do Ministro Castro Meira, para atribuir efeito suspensivo à pretensão executiva. Após o julgamento do Recurso Especial da ação de cobrança, a Ivaí requereu a revogação da medida, o que foi questionado pela Copel, para que se mantivesse a suspensão até julgamento final dos recursos subsequentes. O STJ decidiu pela perda do objeto, motivo pelo qual a Copel opôs agravo regimental, o qual foi improvido, estando pendente de julgamento o recurso de embargos de declaração da Copel. A Ivaí retomou o andamento da execução provisória, a Copel regularmente apresentou impugnação e conforme decisão publicada em 28.02.2014, o MM. Juiz julgou improcedente a impugnação e determinou o prazo de 30 dias para depósito do valor integral da execução de R\$ 538.209, ou seja, até o dia 28.03.2014.

Há que se considerar, ainda, o julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial na Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, em que busca a Copel a desconstituição do débito por ausência do direito de reclamar diferenças em face da celebração de termos de transação e quitação integral, acórdão contra o qual a Companhia já opôs dois embargos de declaração, que foram parcialmente acolhidos, e interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, cujo seguimento foi negado, razão pela qual interpôs o recurso de Agravo Regimental, ainda pendente de julgamento.

28.1.5 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Copel e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel.

28.1.6 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 40.425, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

28.2 Ações consideradas como de perda possível

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais (28.2.1)	1.384.115	1.227.536
Trabalhistas	342.887	257.382
Benefícios a empregados	97.979	41.390
Cíveis (28.2.2)	1.006.786	810.764
Regulatórias	56.193	19.200
	2.887.960	2.356.272

Detalhamento das principais ações

28.2.1 Fiscais

- Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, decorrente ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, refere-se a juros e multa da Cofins do período de 95/96, sendo que, em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável e é objeto de discussão na execução fiscal nº 5015930-53.2010.404.7000 ajuizada pela União, em trâmite na 2ª Vara Federal, embargada pela Copel (autos de Embargos à Execução nº 5022933-59.2012.404.7000). Processo administrativo nº 10980720458/2011-15, também advindo da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R\$ 738.826, em 31.12.2013. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 28.1.1.
- Exigências fiscais, conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 181.014 em 31.12.2013, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, contra a Copel, referente à execução fiscal de contribuição previdenciária; e
- Exigências fiscais, conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 76.162 em 31.12.2013, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal, com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

28.2.2 Cíveis

- Na ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122 proposta por Mineradora Tibagiana Ltda., em face do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel Geração e Transmissão participa com o percentual de 51%, na qual a autora alega possuir decreto de Lavra do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e que, por isso, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. Requer indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá. No decorrer da ação a Mineradora Tibagiana desistiu de parte do pedido inicial, o que levou a novo valor de indenização inicial no valor de R\$ 260.197, atualizado em 31.12.2013. e classificado como possível. Atualmente o processo aguarda despacho saneador.
- Ação de cobrança proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., com base em anterior ação declaratória de desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação, o montante de R\$ 259.534, em 31.12.2013. Informações adicionais estão descritas no item 28.1.2-c.
- Propositura de 5 ações individuais, em razão de 5 contratos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal de prorrogar a vigência da contratação e pedido secundário de reconhecer a ocorrência de subconcessão, com a transferência dos serviços prestados e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas. Na ação proposta relativa à franquia da Agência Faxinal, o juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba julgou procedente o pedido secundário. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, admitidos no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R\$ 6.500, (correspondente a O&M e comercial atualizado). Este autor também promoveu Reclamação no STF, cujo seguimento foi negado pelo Ministro Marco Aurélio de Mello. Contra esta decisão, o reclamante interpôs agravo regimental, que foi improvido e, na sequência, opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento.

Na ação proposta relativa à franquia da Agência de São José dos Pinhais, o juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba julgou procedente o pedido secundário. A Copel opôs Embargos de Declaração, pendente de julgamento. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R\$ 21.175, (correspondente a O&M e comercial atualizado).

29 Patrimônio Líquido

29.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

29.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2013 (e em 31.12.2012), monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA (a)	19.785.122	13,64	129.427	33,91	66.922.146	52,18	86.836.695	31,73
NYSE (b)	92.021	0,06	-	-	33.923.506	26,45	34.015.527	12,43
Latibex (c)	-	-	-	-	58.984	0,05	58.984	0,02
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,44	3.471	-	191.190	0,07
Outros	117.397	0,08	242.949	63,65	38.841	0,04	399.187	0,15
	145.031.080	100,00	381.702	100,00	128.242.593	100,00	273.655.375	100,00

(a) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

(b) Bolsa de Valores de Nova Iorque

(c) Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 31.12.2013 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.234.148
Ações preferenciais classe "A"	381.702	11.451
Ações preferenciais classe "B"	128.242.593	3.923.793
	273.655.375	7.169.392

29.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial
Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	1.466.046	1.466.046
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	1.493	2.261
Tributos sobre os ajustes	-	(768)
Contas a receber vinculadas à concessão (a)	(8.657)	(13.116)
Tributos sobre os ajustes	-	4.459
Investimentos em participações societárias	406	406
Tributos sobre os ajustes	(139)	(139)
Outros ganhos:		
Outros ganhos - créditos de controlada (a)	1.462	3.164
Tributos sobre os outros ganhos	-	(1.076)
Ajustes referentes a passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego (a)	(144.573)	(207.947)
Tributos sobre os ajustes	-	63.374
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (a)	(101.644)	(154.006)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.362
Atribuível aos acionistas não controladores	-	(626)
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	1.214.394	1.214.394
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (a)	(4.573)	(6.929)
Tributos sobre os ajustes	-	2.356
Investimentos em participações societárias	(306)	(306)
Tributos sobre os ajustes	104	104
Ajustes referentes a passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(2.169)	(216.967)
Tributos sobre os ajustes	738	73.769
Benefícios pós-emprego (a)	(122.886)	18.881
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (a)	(102.143)	(154.763)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	52.620
Em 31.12.2013	983.159	983.159

(a) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

29.1.3 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2013	31.12.2012
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)		
Lucro líquido do exercício	1.072.560	700.688
Reserva legal (5%)	(53.628)	(35.034)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	102.143	101.644
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	1.121.075	767.298
	280.269	191.824
Distribuição total proposta - (2) (3+5)	560.537	268.554
Juros sobre capital próprio, brutos - (3)	180.000	138.072
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(16.107)	(12.256)
Juros sobre capital próprio, líquidos - (4)	163.893	125.816
Dividendos propostos - (5)	380.537	130.482
Distribuição total proposta, líquida - (6) (4+5)	544.430	256.298
Dividendo adicional proposto (7) (6-1)	264.161	64.474
Pagamentos antecipados conforme 119ª Reunião CAD - (8)	308.932	-
Juros sobre capital próprio, líquidos	163.893	-
Dividendos	145.039	-
Pagamento antecipado superior ao mínimo obrigatório - (9) (8-1)	28.663	-
Dividendo adicional proposto ajustado (10) (7-9)	235.498	-
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias	1,95572	0,93527
Ações preferenciais classe "A"	2,52507	2,52507
Ações preferenciais classe "B"	2,15165	1,02889
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:		
Ações ordinárias	283.640	135.643
Ações preferenciais classe "A"	964	964
Ações preferenciais classe "B"	275.933	131.947

29.1.4 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	31.12.2013	31.12.2012
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	542.819	354.383
Ações preferenciais classe "A"	1.714	1.600
Ações preferenciais classe "B"	528.027	344.705
	1.072.560	700.688
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	381.737	383.303
Ações preferenciais classe "B"	128.242.558	128.240.992
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	3,74278	2,44350
Ações preferenciais classe "A"	4,49001	4,17424
Ações preferenciais classe "B"	4,11741	2,68795

29.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2012	101.175	14.215	127.444	242.834
Dividendos	(2.415)	(2.371)	-	(4.786)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	626	-	626
Resultado do exercício	10.170	9.989	5.673	25.832
Em 31.12.2012	108.930	22.459	133.117	264.506
Dividendos	(2.531)	(13.437)	-	(15.968)
Resultado do exercício	9.058	12.584	7.233	28.875
Em 31.12.2013	115.457	21.606	140.350	277.413

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 31.12.2013
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	5.111.048	(447.215)	(1.279.446)	(39.738)	-	3.344.649
Suprimento de energia elétrica (30.2)	2.188.092	(188.282)	-	(67.548)	-	1.932.262
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	3.296.753	(309.979)	(830.890)	(126.908)	-	2.028.976
Receita de construção	1.076.141	-	-	-	-	1.076.141
Telecomunicações	183.695	(9.430)	(32.548)	-	(402)	141.315
Distribuição de gás canalizado	467.750	(42.993)	(56.137)	-	-	368.620
Outras receitas operacionais (30.4)	345.680	(55.715)	-	-	(1.714)	288.251
	12.669.159	(1.053.614)	(2.199.021)	(234.194)	(2.116)	9.180.214

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 31.12.2012
						Reapresentado
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	4.226.962	(391.587)	(1.170.153)	(39.713)	-	2.625.509
Suprimento de energia elétrica (30.2)	1.865.708	(178.943)	(195)	(63.063)	-	1.623.507
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	5.177.834	(467.475)	(1.205.203)	(674.523)	-	2.830.633
Receita de construção	749.763	-	-	-	-	749.763
Telecomunicações	163.961	(8.701)	(29.244)	-	(451)	125.565
Distribuição de gás canalizado	413.012	(37.969)	(50.031)	-	-	325.012
Outras receitas operacionais (30.4)	240.863	(26.140)	-	-	(1.460)	213.263
	12.838.103	(1.110.815)	(2.454.826)	(777.299)	(1.911)	8.493.252

30.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Residencial	1.605.604	1.302.177	1.074.119	782.292
Industrial	1.956.127	1.493.166	1.263.068	926.562
Comercial, serviços e outras atividades	1.022.977	950.689	626.881	573.831
Rural	194.085	177.083	165.078	148.869
Poder público	118.263	114.038	83.811	79.149
Iluminação pública	97.565	92.450	60.070	56.242
Serviço público	116.427	97.359	71.622	58.564
	5.111.048	4.226.962	3.344.649	2.625.509

30.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2013	31.12.2012
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	775.924	1.335.263
Contratos bilaterais	863.244	295.049
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	548.073	235.396
Venda de energia elétrica no curto prazo	851	-
	2.188.092	1.865.708

30.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
		Reapresentado		Reapresentado
Residencial	1.232.186	1.657.936	720.321	830.282
Industrial	632.508	1.222.544	357.094	576.406
Comercial, serviços e outras atividades	755.869	1.104.355	445.273	564.262
Rural	167.640	230.829	136.798	165.591
Poder público	99.147	143.238	66.815	83.875
Iluminação pública	87.666	110.562	51.198	53.448
Serviço público	58.574	102.408	34.025	50.700
Consumidores livres	140.135	204.768	121.705	156.469
Rede básica, de fronteira e de conexão	1.109	2.520	963	1.925
Receita de operação e manutenção - O&M	90.385	52.048	68.029	46.693
Receita de juros efetivos	31.534	346.626	26.755	300.982
	3.296.753	5.177.834	2.028.976	2.830.633

30.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	31.12.2013	31.12.2012
Arrendamentos e aluguéis (30.4.1)	180.128	162.989
Ressarcimento por indisponibilidade de geração de energia elétrica	77.527	12.068
Renda da prestação de serviços	63.209	53.085
Serviço taxado	9.082	8.214
Outras receitas	15.734	4.507
	345.680	240.863

30.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Usina termelétrica de Araucária	101.628	95.253
Equipamentos e estruturas	77.241	66.177
Imóveis	603	714
Compartilhamento de instalações	656	845
	180.128	162.989

Não foram identificados recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

30.5 Encargos do consumidor

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Conta de desenvolvimento energético - CDE	79.994	282.683
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	79.342	74.319
Quota para reserva global de reversão - RGR	57.050	114.949
Conta de consumo de combustível - CCC	17.808	289.686
Outros encargos	-	15.662
	234.194	777.299

31 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Consolidado 31.12.2013
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(3.336.359)	-	-	-	(3.336.359)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(407.317)	-	-	-	(407.317)
Pessoal e administradores (31.3)	(844.491)	(9.879)	(241.977)	-	(1.096.347)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(136.907)	(1.113)	(38.176)	-	(176.196)
Material	(62.380)	(935)	(7.163)	-	(70.478)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(27.187)	-	-	-	(27.187)
Gás natural e insumos para operação de gás	(295.671)	-	-	-	(295.671)
Serviços de terceiros (31.4)	(293.505)	(41.276)	(88.678)	-	(423.459)
Depreciação e amortização	(551.301)	(44)	(51.103)	(755)	(603.203)
Provisões e reversões (31.5)	-	(47.457)	-	(152.098)	(199.555)
Custo de construção (31.6)	(1.088.275)	-	-	-	(1.088.275)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	5.395	5.089	(103.007)	(251.057)	(343.580)
	(7.037.998)	(95.615)	(530.104)	(403.910)	(8.067.627)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Consolidado Reapresentado 31.12.2012
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(2.807.735)	-	-	-	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(772.361)	-	-	-	(772.361)
Pessoal e administradores (31.3)	(944.913)	(8.910)	(291.828)	-	(1.245.651)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(141.368)	(996)	(40.514)	-	(182.878)
Material	(60.798)	(716)	(8.273)	-	(69.787)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.511)	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos para operação de gás	(247.770)	-	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros (31.4)	(291.048)	(38.614)	(79.216)	-	(408.878)
Depreciação e amortização	(508.887)	(42)	(40.172)	(754)	(549.855)
Provisões e reversões (31.5)	-	(22.826)	-	(195.970)	(218.796)
Custo de construção (31.6)	(733.577)	-	-	-	(733.577)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(6.668)	6.445	(81.910)	(155.827)	(237.960)
	(6.540.636)	(65.659)	(541.913)	(352.551)	(7.500.759)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora 31.12.2013
Administradores (31.3)	(18.254)	-	(18.254)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(1.316)	-	(1.316)
Material	(21)	-	(21)
Serviços de terceiros	(4.783)	-	(4.783)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (31.5)	-	26.765	26.765
Outras receitas / despesas operacionais	(23.398)	2.323	(21.075)
	(47.772)	28.333	(19.439)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora 31.12.2012
Administradores (31.3)	(10.152)	-	(10.152)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(746)	-	(746)
Material	(33)	-	(33)
Serviços de terceiros	(3.863)	-	(3.863)
Depreciação e amortização	-	(755)	(755)
Provisões e reversões (31.5)	-	(14.196)	(14.196)
Outras receitas / despesas operacionais	(8.441)	1.024	(7.417)
	(23.235)	(13.927)	(37.162)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.305.809	1.927.903
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	663.936	312.125
(-) Repasse CDE - CCEE - Decreto nº 7.945/2013	(294.085)	-
Itaipu Binacional	610.404	503.335
Contratos bilaterais	217.069	203.115
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	166.653	143.587
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(333.427)	(282.330)
	3.336.359	2.807.735

31.2 Encargos de uso da rede elétrica

Consolidado	31.12.2013	31.12.2012
Encargos dos serviços do sistema - ESS	308.864	75.485
(-) Repasse CDE - ESS - Decreto nº 7.945/2013	(319.624)	-
Encargos de uso do sistema - distribuição	216.683	544.597
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	177.846	145.099
Encargos de transporte de Itaipu	51.188	45.217
Encargo de Energia de Reserva - EER	16.672	49.228
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(44.312)	(87.265)
	407.317	772.361

31.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Pessoal				
Remunerações	5.197	-	663.636	711.470
Encargos sociais	1.284	-	210.993	239.267
Participação nos lucros e/ou resultados (31.3.1)	734	-	80.048	29.940
Auxílio alimentação e educação	460	-	86.916	81.593
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	248	-	37.925	168.822
	7.923	-	1.079.518	1.231.092
Administradores				
Honorários	7.866	7.811	13.044	11.385
Encargos sociais	2.379	2.272	3.642	3.083
Outros gastos	86	69	143	91
	10.331	10.152	16.829	14.559
	18.254	10.152	1.096.347	1.245.651

31.3.1 Participação nos lucros e/ou resultados

O programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, está de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010.

31.3.2 Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias

A Copel instituiu o programa de sucessão e desligamento voluntário - PSDV, através da Circular 031/2011, de 29.03.2011, e alterado pelas Circulares 049/2011 e 090/2011, de 22.06.2011 e 06.12.2011, respectivamente, bem como o programa de formação de potenciais lideranças (MBA), como forma de estabelecer procedimentos capazes de garantir a retenção do conhecimento da Companhia, e de forma planejada e estruturada, incentivar a preparação do quadro funcional para o exercício da liderança.

Contudo, as mudanças ocorridas no cenário nacional, notadamente com a MP 579/2012 e seus desdobramentos, afetaram sobremaneira as finanças da Companhia, exigindo, entre outras medidas, a extinção do PSDV pela Circular 068/2012, a partir de 1º.01.2013 e a edição de novo programa de desligamento incentivado, com regras distintas, através das Circulares 065 e 069 de 2013.

31.4 Serviços de terceiros

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Manutenção do sistema elétrico	106.175	104.966
Manutenção de instalações	79.309	73.831
Comunicação, processamento e transmissão de dados	51.534	48.921
Leitura e entrega de faturas	35.930	35.744
Agentes autorizados e credenciados	33.801	32.201
Consultoria e auditoria	15.972	25.805
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre serviços de terceiros	(6.063)	(9.190)
Outros serviços	106.801	96.600
	423.459	408.878

31.5 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	47.458	22.826
Reversão para perdas de créditos tributários	-	-	274	(3.135)
Provisão (reversão) para litígios				
Fiscais	(7.787)	5.585	(7.337)	19.939
Trabalhistas	-	-	52.387	45.966
Benefícios a empregados	-	-	42.796	33.796
Cíveis	(19.621)	7.765	63.454	96.499
Ambientais	-	-	18	89
Regulatórias	643	846	505	2.816
	(26.765)	14.196	151.823	199.105
	(26.765)	14.196	199.555	218.796

31.6 Custo de construção

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Material	518.504	371.593
Serviços de terceiros	360.234	248.265
Pessoal	118.641	81.942
Outros	90.896	31.777
	1.088.275	733.577

31.7 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	131.582	94.550
Perdas na desativação e alienação de bens	71.864	6.147
Arrendamentos e aluguéis (31.7.1)	31.095	27.285
Indenizações	26.113	28.001
Propaganda e publicidade	25.902	9.853
Tributos	25.687	27.735
Taxa de fiscalização da Aneel	20.885	21.938
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	9.464	12.081
Recuperação de custos e despesas	(49.389)	(61.902)
Outros custos e despesas, líquidos	50.377	72.272
	343.580	237.960

31.7.1 Arrendamentos e aluguéis

Consolidado	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Imóveis	25.165	21.846
Fotocopiadora	889	1.082
Outros	6.832	5.891
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.791)	(1.534)
	31.095	27.285

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2013, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Não foram identificados compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Receitas financeiras				
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	159.348	188.688
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	4.747	1.911	118.499	74.553
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	108.259	165.574
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	105.314	126.904
Variação monetária e encargos sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	84.572	-
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	12	12	38.336	37.948
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	827	1.099
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	92.638	98.722	-	-
Outras receitas financeiras	17.127	9.672	37.208	53.555
	114.524	110.317	652.363	648.321
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	86.114	84.994	233.417	133.385
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	68.096	74.984
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	26.352	22.837	26.352	22.837
Variações monetárias e cambiais	9	10	15.838	13.819
Juros sobre P&D e PEE	-	-	15.225	14.745
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	401.104
Outras despesas financeiras	49	1.425	13.124	14.097
	112.524	109.266	372.052	674.971
Líquido	2.000	1.051	280.311	(26.650)

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2013 totalizaram R\$ 54.936, à taxa média de 9,39% a.a.

33 Segmentos Operacionais

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

Nos exercícios de 2013 e 2012 todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2013.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel;

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagás; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel, Copel Participações e Copel Renováveis.



33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2013							
ATIVO TOTAL	12.422.458	7.760.564	480.851	308.023	14.473.384	(12.333.835)	23.111.445
ATIVO CIRCULANTE	2.754.802	2.142.654	62.466	84.017	524.778	(888.433)	4.680.284
Caixa e equivalentes de caixa	1.438.269	247.045	10.481	34.427	11.410	-	1.741.632
Títulos e valores mobiliários	388.659	377	-	-	186	-	389.222
Cauções e depósitos vinculados	-	1.072	-	904	-	-	1.976
Clientes	311.191	1.005.703	27.983	37.804	-	(45.053)	1.337.628
Dividendos a receber	2.578	-	-	-	381.371	(374.449)	9.500
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	85.448	-	85.448
Contas a receber vinculadas à concessão	4.396	-	-	-	-	-	4.396
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-	352.161
Outros créditos	208.428	180.963	2.799	445	3.869	(614)	395.890
Estoques	31.298	96.866	10.046	1.068	-	-	139.278
Imposto de renda e contribuição social	3.121	77.288	6.936	3.319	42.494	-	133.158
Outros tributos a recuperar	11.745	48.609	3.869	5.790	-	-	70.013
Despesas antecipadas	2.956	16.414	352	260	-	-	19.982
Partes relacionadas	-	468.317	-	-	-	(468.317)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.667.656	5.617.910	418.385	224.006	13.948.606	(11.445.402)	18.431.161
Realizável a Longo Prazo	992.246	4.352.625	37.185	14.042	1.892.958	(64.815)	7.224.241
Títulos e valores mobiliários	66.265	54.271	-	-	-	-	120.536
Cauções e depósitos vinculados	-	45.371	-	-	-	-	45.371
Clientes	5.692	115.020	11.974	-	-	-	132.686
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.295.106	-	1.295.106
Depósitos judiciais	42.087	356.393	4.289	341	272.115	-	675.225
Contas a receber vinculadas à concessão	408.473	3.075.795	-	-	-	-	3.484.268
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	365.645	-	-	-	-	-	365.645
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	13.504	-	-	13.504
Outros créditos	5.132	10.799	-	-	-	-	15.931
Imposto de renda e contribuição social	14.975	12.967	-	-	169.717	-	197.659
Outros tributos a recuperar	54.747	64.752	4.999	-	-	-	124.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.028	617.257	15.923	-	91.205	-	753.413
Despesas antecipadas	202	-	-	197	-	-	399
Partes relacionadas	-	-	-	-	64.815	(64.815)	-
Investimentos	807.190	4.012	-	-	12.055.619	(11.678.894)	1.187.927
Imobilizado	7.617.626	-	365.977	-	29	-	7.983.632
Intangível	250.594	1.261.273	15.223	209.964	-	298.307	2.035.361



ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2012 - Reapresentado							
ATIVO TOTAL	10.967.453	8.846.871	427.629	289.363	13.629.100	(12.951.513)	21.208.903
ATIVO CIRCULANTE	1.508.828	2.876.268	64.848	86.793	1.218.801	(1.073.846)	4.681.692
Caixa e equivalentes a caixa	240.710	1.126.361	26.689	35.993	29.464	-	1.459.217
Títulos e valores mobiliários	476.488	158.837	-	-	176	-	635.501
Cauções e depósitos vinculados	1.429	34.293	-	1.086	-	-	36.808
Clientes	283.750	1.200.251	18.649	40.092	-	(53.569)	1.489.173
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.038.664	(1.020.600)	18.064
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	75.930	-	-	-	-	75.930
Contas a receber vinculadas à concessão	5.319	-	-	-	-	-	5.319
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	356.085	-	-	-	-	-	356.085
Outros créditos	104.786	126.686	2.437	716	3	323	234.951
Estoques	28.299	84.995	10.645	870	-	-	124.809
Imposto de renda e contribuição social	1.780	35.868	3.413	-	150.483	-	191.544
Outros tributos correntes a recuperar	7.480	31.460	2.671	7.868	11	-	49.490
Despesas antecipadas	2.702	1.587	344	168	-	-	4.801
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.458.625	5.970.603	362.781	202.570	12.410.299	(11.877.667)	16.527.211
Realizável a Longo Prazo	1.203.345	4.660.842	22.666	18.022	1.540.940	(1.148.498)	6.297.317
Títulos e valores mobiliários	92.827	35.688	-	-	-	-	128.515
Cauções e depósitos vinculados	-	43.246	-	-	-	-	43.246
Clientes	-	26.172	-	5.266	-	(5.267)	26.171
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.308.354	-	-	-	-	1.308.354
Depósitos judiciais	24.634	276.541	1.036	302	271.858	-	574.371
Contas a receber vinculadas à concessão	262.564	2.383.262	-	-	-	-	2.645.826
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	717.805	-	-	-	-	-	717.805
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.279	-	-	12.279
Outros créditos	6.413	4.036	-	-	-	-	10.449
Imposto de renda e contribuição social	19.995	-	-	-	-	-	19.995
Outros tributos correntes a recuperar	50.794	60.663	8.732	-	-	-	120.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.313	522.880	12.898	-	117.194	-	681.285
Despesas antecipadas	-	-	-	175	-	8.657	8.832
Mútuos com controladas	-	-	-	-	1.151.888	(1.151.888)	-
Investimentos	448.130	4.012	-	-	10.869.359	(10.752.512)	568.989
Imobilizado	7.552.612	-	319.141	-	-	-	7.871.753
Intangível	254.538	1.305.749	20.974	184.548	-	23.343	1.789.152

33.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2013							
PASSIVO TOTAL	12.422.458	7.760.564	480.851	308.023	14.473.384	(12.333.835)	23.111.445
PASSIVO CIRCULANTE	1.485.556	1.545.217	56.340	66.935	1.084.423	(890.586)	3.347.885
Obrigações sociais e trabalhistas	59.902	155.337	14.105	5.214	5.127	-	239.685
Partes relacionadas	-	-	-	-	468.317	(468.317)	-
Fornecedores	301.768	771.815	8.120	52.881	3.211	(45.556)	1.092.239
Imposto de renda e contribuição social	297.620	-	-	-	-	-	297.620
Outras obrigações fiscais	66.899	200.767	5.467	2.227	25.481	(110)	300.731
Empréstimos e financiamentos	217.736	173.482	5.241	-	562.801	(2.154)	957.106
Debêntures	40.490	16.972	-	-	-	-	57.462
Dividendos a pagar	362.932	-	21.585	5.598	3.047	(374.449)	18.713
Benefícios pós-emprego	7.886	21.043	1.047	-	7	-	29.983
Encargos do consumidor a recolher	26.920	11.074	-	-	-	-	37.994
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.116	107.744	-	-	-	-	127.860
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	51.481	-	-	-	-	-	51.481
Outras contas a pagar	31.806	86.983	775	1.015	16.432	-	137.011
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.299.960	2.848.662	71.572	5.462	736.808	(127.656)	6.834.808
Partes relacionadas	64.995	-	-	-	-	(64.995)	-
Fornecedores	22.187	27.934	-	-	-	-	50.121
Obrigações fiscais	15.153	50.354	2.855	-	40	-	68.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos	418.426	-	-	2.075	-	-	420.501
Empréstimos e financiamentos	1.303.009	635.956	33.622	-	456.752	(62.661)	2.366.678
Debêntures	152.066	998.417	-	-	-	-	1.150.483
Benefícios pós-emprego	292.968	608.391	31.222	2.499	2.169	-	937.249
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	55.599	99.122	-	-	-	-	154.721
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	420.293	-	-	-	-	-	420.293
Outras contas a pagar	233	-	-	-	-	-	233
Provisões para litígios	555.031	428.488	3.873	888	277.847	-	1.266.127
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.636.942	3.366.685	352.939	235.626	12.652.153	(11.315.593)	12.928.752
Atribuível aos acionistas controladores	7.636.942	3.366.685	352.939	235.626	12.652.153	(11.593.006)	12.651.339
Capital social	4.317.997	2.624.841	240.398	135.943	6.911.678	(7.320.857)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.141.672	(155.096)	(5.795)	-	983.159	(980.781)	983.159
Reserva legal	301.729	135.294	9.093	18.220	624.849	(464.336)	624.849
Reserva de retenção de lucros	1.730.944	761.646	109.243	77.987	3.897.833	(2.683.296)	3.894.357
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.476	-	-	3.476
Dividendo adicional proposto	153.180	-	-	-	235.498	(153.180)	235.498
Prejuízos acumulados	(8.580)	-	-	-	(864)	9.444	-
Atribuível aos acionistas não controladores						277.413	277.413



PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2012 - Reapresentado							
PASSIVO TOTAL	10.967.453	8.846.871	427.629	289.363	13.629.100	(12.951.513)	21.208.903
PASSIVO CIRCULANTE	1.568.371	1.970.456	53.612	60.464	257.700	(1.077.159)	2.833.444
Obrigações sociais e trabalhistas	110.509	243.128	25.393	4.333	645	-	384.008
Fornecedores	428.046	694.903	14.481	45.873	1.616	(53.137)	1.131.782
Imposto de renda e contribuição social	163.724	-	-	3.214	3.251	-	170.189
Outras obrigações fiscais	54.763	205.330	4.492	1.934	22.072	(111)	288.480
Empréstimos e financiamentos	71.654	164.788	53	-	28.106	(3.311)	261.290
Debêntures	-	12.719	-	-	-	-	12.719
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	639.420	371.863	7.982	4.929	201.186	(1.020.600)	204.780
Benefícios pós-emprego	6.908	18.004	903	-	4	-	25.819
Encargos do consumidor a recolher	7.236	49.262	-	-	-	-	56.498
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	16.663	142.936	-	-	-	-	159.599
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	48.477	-	-	-	-	-	48.477
Outras contas a pagar	20.971	67.523	308	181	820	-	89.803
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.491.247	3.341.027	45.872	6.594	1.274.016	(1.145.187)	6.013.569
Coligadas e controladas	232.654	851.237	-	-	-	(1.083.891)	-
Fornecedores	106.175	-	-	-	-	(5.267)	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	587.597	-	-	2.939	-	-	590.536
Empréstimos e financiamentos	438.396	609.941	25.559	-	971.721	(56.029)	1.989.588
Debêntures	-	997.958	-	-	-	-	997.958
Benefícios pós-emprego	209.295	443.784	19.344	2.807	-	-	675.230
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	43.350	61.211	-	-	-	-	104.561
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	399.080	-	-	-	-	-	399.080
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para litígios	474.700	376.896	969	848	302.295	-	1.155.708
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.907.835	3.535.388	328.145	222.305	12.097.384	(10.729.167)	12.361.890
Capital social	4.248.937	2.624.841	240.398	135.943	6.910.000	(7.250.119)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.293.027	(64.902)	1.139	-	1.214.394	(1.229.264)	1.214.394
Reserva legal	249.578	135.294	6.706	17.295	571.221	(408.873)	571.221
Reserva de retenção de lucros	1.158.142	840.155	79.902	62.115	3.337.295	(2.147.266)	3.330.343
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.952	-	-	6.952
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	64.474	-	64.474
Prejuízos acumulados	(41.849)	-	-	-	-	41.849	-
Atribuível aos acionistas não controladores						264.506	264.506

33.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2013							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.044.399	5.961.575	187.792	423.014	-	(436.566)	9.180.214
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	460.845	2.883.804	-	-	-	-	3.344.649
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	2.193	-	-	-	(2.193)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.832.207	100.055	-	-	-	-	1.932.262
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	311.242	-	-	-	-	(311.242)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	94.785	1.934.191	-	-	-	-	2.028.976
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	57.090	13.115	-	-	-	(70.205)	-
Receita de construção	136.536	898.606	-	40.999	-	-	1.076.141
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	141.315	-	-	-	141.315
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	39.895	-	-	(39.895)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	368.620	-	-	368.620
Outras receitas operacionais para terceiros	144.908	128.278	1.670	13.395	-	-	288.251
Outras receitas operacionais entre segmentos	6.786	1.333	4.912	-	-	(13.031)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.649.753)	(6.304.797)	(127.264)	(402.030)	(20.303)	436.520	(8.067.627)
Energia elétrica comprada para revenda	(128.736)	(3.518.865)	-	-	-	311.242	(3.336.359)
Encargos de uso da rede elétrica	(227.325)	(249.465)	-	-	-	69.473	(407.317)
Pessoal e administradores	(274.526)	(723.734)	(57.703)	(21.366)	(19.018)	-	(1.096.347)
Planos previdenciário e assistencial	(47.478)	(118.211)	(7.738)	(1.387)	(1.382)	-	(176.196)
Material	(16.346)	(50.531)	(1.312)	(2.268)	(21)	-	(70.478)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(27.187)	-	-	-	-	-	(27.187)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(295.671)	-	-	(295.671)
Serviços de terceiros	(146.185)	(292.644)	(18.437)	(17.439)	(4.815)	56.061	(423.459)
Depreciação e amortização	(353.590)	(205.110)	(27.968)	(15.780)	(755)	-	(603.203)
Provisões e reversões	(104.127)	(118.233)	(3.920)	(40)	26.765	-	(199.555)
Custo de construção	(148.670)	(898.606)	-	(40.999)	-	-	(1.088.275)
Outros custos e despesas operacionais	(175.583)	(129.398)	(10.186)	(7.080)	(21.077)	(256)	(343.580)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	33.744	-	-	-	1.116.830	(1.036.968)	113.606
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E							
E DOS TRIBUTOS	1.428.390	(343.222)	60.528	20.984	1.096.527	(1.037.014)	1.226.193
Resultado financeiro	41.804	228.938	3.078	4.443	2.000	48	280.311
LUCRO OPERACIONAL	1.470.194	(114.284)	63.606	25.427	1.098.527	(1.036.966)	1.506.504
Imposto de renda e contribuição social	(532.053)	-	(14.661)	(7.806)	-	-	(554.520)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	140.856	35.775	(1.213)	864	(26.831)	-	149.451
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.078.997	(78.509)	47.732	18.485	1.071.696	(1.036.966)	1.101.435



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
31.12.2012 - Reapresentado							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.540.885	5.892.171	172.445	359.090	-	(471.339)	8.493.252
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	137.990	2.487.519	-	-	-	-	2.625.509
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	3.119	-	-	-	(3.119)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.468.044	155.463	-	-	-	-	1.623.507
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	302.583	-	-	-	-	(302.583)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	347.674	2.482.959	-	-	-	-	2.830.633
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	96.979	17.116	-	-	-	(114.095)	-
Receita de construção	59.977	665.601	-	24.185	-	-	749.763
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	125.565	-	-	-	125.565
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	41.148	-	-	(41.148)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	325.012	-	-	325.012
Outras receitas operacionais para terceiros	121.675	80.394	1.301	9.893	-	-	213.263
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.963	-	4.431	-	-	(10.394)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.494.623)	(5.968.827)	(139.403)	(332.128)	(37.162)	471.384	(7.500.759)
Energia elétrica comprada para revenda	(170.806)	(2.939.447)	-	-	-	302.518	(2.807.735)
Encargos de uso da rede elétrica	(233.983)	(648.501)	-	-	-	110.123	(772.361)
Pessoal e administradores	(321.253)	(824.102)	(70.253)	(19.891)	(10.152)	-	(1.245.651)
Planos previdenciário e assistencial	(44.315)	(126.187)	(8.591)	(3.039)	(746)	-	(182.878)
Material	(18.245)	(48.296)	(1.800)	(1.413)	(33)	-	(69.787)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(25.511)	-	-	-	-	-	(25.511)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(247.770)	-	-	(247.770)
Serviços de terceiros	(110.890)	(320.135)	(17.280)	(14.206)	(3.863)	57.496	(408.878)
Depreciação e amortização	(314.968)	(192.344)	(28.019)	(13.769)	(755)	-	(549.855)
Provisões e reversões	(80.212)	(118.986)	(4.316)	(1.086)	(14.196)	-	(218.796)
Custo de construção	(43.791)	(665.601)	-	(24.185)	-	-	(733.577)
Outros custos e despesas operacionais	(130.649)	(85.228)	(9.144)	(6.769)	(7.417)	1.247	(237.960)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16.041	-	-	-	732.313	(741.669)	6.685
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO							
FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.062.303	(76.656)	33.042	26.962	695.151	(741.624)	999.178
Resultado financeiro	(41.513)	5.644	3.444	4.769	1.051	(45)	(26.650)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	1.020.790	(71.012)	36.486	31.731	696.202	(741.669)	972.528
Imposto de renda e contribuição social	(302.291)	(124.691)	(13.653)	(13.155)	(4.467)	-	(458.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.661	152.283	5.174	2.178	8.953	-	212.249
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	762.160	(43.420)	28.007	20.754	700.688	(741.669)	726.520

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2013		Reapresentado 31.12.2012	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	1.741.632	1.741.632	1.459.217	1.459.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	159.340	159.340	82.633	82.633
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	79.187	79.187	100.381	100.381
			1.980.159	1.980.159	1.642.231	1.642.231
Empréstimos e recebíveis						
Caução STN (c)	6	1	45.371	32.415	43.246	42.627
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	1	1.976	1.976	36.808	36.808
Clientes (a)	7	1	1.470.314	1.470.314	1.515.344	1.515.344
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8	1	1.380.554	1.369.599	1.384.284	1.633.076
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	1	412.869	412.869	267.883	267.883
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	10	1	557.589	563.052	913.673	960.436
			3.868.673	3.850.225	4.161.238	4.456.174
Disponíveis para venda						
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	3	3.075.795	3.075.795	2.383.262	2.383.262
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (g)	10	3	160.217	160.217	160.217	160.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	196.112	196.112	330.520	330.520
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	63.978	63.978	238.302	238.302
Outros investimentos (h)	16.2	1	25.708	25.708	18.127	18.127
			3.521.810	3.521.810	3.130.428	3.130.428
Mantidos até o vencimento						
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	11.141	11.141	12.180	12.180
			11.141	11.141	12.180	12.180
Total dos ativos financeiros			9.381.783	9.363.335	8.946.077	9.241.013
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Outras obrigações - derivativos (b)		1	85	85	40	40
			85	85	40	40
Outros passivos financeiros						
Fornecedores (a)	20	1	1.142.360	1.142.360	1.232.690	1.232.690
Empréstimos e financiamentos (c)	21	1	3.323.784	2.922.867	2.250.878	2.233.244
Debêntures (i)	22	1	1.207.945	1.207.945	1.010.677	1.010.677
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (j)	26	1	471.774	578.409	447.557	554.408
			6.145.863	5.851.581	4.941.802	5.031.019
Total dos passivos financeiros			6.145.948	5.851.666	4.941.842	5.031.059

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos:

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, variação do CDI vezes 106% a.a.
- d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, que foi remunerado aproximadamente em 6,82% a.a. mais IPCA, em 31.12.2013.
- e) Critérios e premissas divulgados na NE nº 3.7.1.

	Consolidado
Em 31.12.2012	2.383.262
Capitalizações do intangível em curso	630.069
Variação monetária	108.259
Baixas	(24.998)
Baixas - Resolução nº 367/2009	(20.797)
Em 31.12.2013	3.075.795

- f) Ativos que entraram em operação após maio de 2000, têm valores justos calculados pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.
- g) Ativos existentes em 31.05.2000, têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, em virtude do aguardo da conclusão do laudo a ser avaliado pela Aneel.
- h) Calculado conforme cotações de preços publicadas em mercado ativo ou aplicando o percentual de participação sobre o patrimônio líquido para os ativos sem mercado ativo.
- i) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2013, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro, de R\$ 1.015.
- j) Utilizada como premissa a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		Reapresentado
Exposição ao risco de crédito	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.741.632	1.459.217
Títulos e valores mobiliários (a)	509.758	764.016
Cauções e depósitos vinculados (a)	47.347	80.054
Clientes (b)	1.470.314	1.515.344
Repassse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.380.554	1.384.284
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	3.488.664	2.651.145
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (e)	557.589	913.673
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	160.217	160.217
	9.356.075	8.927.950

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.
- Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.
- c) A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.
- d) A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

- e) Para o valor relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente e vem sendo recebido dentro do cronograma previsto.
- f) Para o valor relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, a Aneel publicou a REN nº 589/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR), para fins de indenização. Para estes ativos a Administração considera como reduzido o risco de crédito uma vez que as regras para a indenização estão definidas e está em andamento o levantamento das informações conforme requerido pelo Poder Concedente.

34.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2013							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	44.546	312.844	773.467	1.853.937	1.488.871	4.473.665
Debêntures	NE nº 22	5.182	10.324	160.669	1.499.400	-	1.675.575
Derivativos	DI Futuro	85					85
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.282	8.564	39.272	246.196	2.103.155	2.401.469
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	124.286	575.224	3.606.457	5.517.175	9.823.142
Petrobras - Compagás	100% do CDI	5.295	10.738	51.243	-	-	67.276
Outros fornecedores	-	645.392	144.718	196.518	92.271	-	1.078.899
Benefícios pós emprego	0,08	43.145	86.289	388.302	2.785.404	12.492.581	15.795.721
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	605.310	2.818.490	12.216.247	80.198.892	95.838.939
		747.927	1.303.073	5.003.185	22.299.912	101.800.674	131.154.771
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	17.022	50.158	289.708	1.977.774	515.760	2.850.422
Debêntures	NE nº 22	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	40	-	-	-	-	40
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.040	8.080	36.858	225.955	2.043.351	2.318.284
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Petrobras - Compagás	100% do CDI	4.892	9.874	45.969	65.690	-	126.425
Outros fornecedores	-	756.890	152.854	875	35.126	-	945.745
Benefícios pós emprego	7,30%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	452.633	2.188.186	8.865.291	46.201.543	57.707.653
		811.829	824.354	3.318.609	16.655.126	62.636.044	84.245.962

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada

Conforme divulgado nas NEs nº 21.11 e 22.2, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

As principais garantias para passivos, constituídas para manutenção dos negócios e investimentos, estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5.2) e em dinheiro (NE nº 6).

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagás impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagás mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse desses custos.

Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 2,47) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2014 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco cambial	Risco	Base 31.12.2013	Cenários projetados - dez.2014		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	45.371	2.467	(9.492)	(21.452)
		45.371	2.467	(9.492)	(21.452)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(64.815)	(3.525)	(20.610)	(37.695)
Eletrobrás	Alta do dólar	(7)	-	(2)	(4)
		(64.822)	(3.525)	(20.612)	(37.699)
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(107.222)	(5.831)	(34.094)	(62.358)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	Alta do dólar	(51.502)	(2.801)	(16.377)	(29.952)
		(158.724)	(8.632)	(50.471)	(92.310)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (34.2.3-c), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e

indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.12.2013 e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (BM&F para LTN – 10,65%, CDI/Selic – 11,25%, IPCA – 5,89%, IGP-DI – 5,85%, IGP-M – 5,89% e TJLP – 5,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2014 do Relatório Focus do Bacen de 07.02.2014 e variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 02.01.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2014		
		31.12.2013	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	1.611.321	172.323	129.275	86.232
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	509.758	54.516	40.897	27.281
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.976	212	159	105
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.380.554	80.762	60.572	40.381
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	3.488.664	203.582	152.686	101.791
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBN	Baixa IPCA	557.589	32.842	24.631	16.421
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido (a)	160.217	-	-	-
		7.710.079	544.237	408.220	272.211
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(1.602.960)	(180.333)	(225.416)	(270.499)
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	(83.362)	(982)	(1.228)	(1.473)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (b)	(96.394)	-	-	-
Finep	Alta TJLP	(40.557)	(2.028)	(2.535)	(3.042)
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	(1.125.109)	(56.255)	(70.319)	(84.383)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(160.580)	(8.029)	(10.036)	(12.044)
Banco do Brasil	Alta CDI	(150.000)	(16.875)	(21.094)	(25.313)
Debêntures	Alta CDI	(1.207.945)	(135.894)	(169.867)	(203.841)
		(4.466.907)	(400.396)	(500.495)	(600.595)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

(b) Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

c) Risco de derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Durante o ano de 2013, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 5.885 (uma perda de R\$ 5.884 em 2012);
- Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2013 correspondem a R\$ 109.792 (R\$ 192.900 em 31.12.2012);
- Em 31.12.2013, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 6.712 (R\$ 9.560 em 31.12.2012), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

Análise de sensibilidade do risco de derivativos

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes e, para o cenário provável, os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 02.01.2015.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.12.2013	Cenários projetados - dez.2014		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(85)	(717)	(2.786)	(4.854)
		(85)	(717)	(2.786)	(4.854)
Efeito esperado no resultado			(632)	(2.701)	(4.769)

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2013, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações probabilísticas de análise das condições de atendimento à carga, com base nos riscos de déficit de energia para o Cenário de Referência, indicam adequabilidade ao critério de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco de déficit não superior a 5%) para todos os subsistemas no horizonte 2013/2017. Os riscos de déficit atingem valores de no máximo 3,0% no subsistema Sul e 2,5% no subsistema Sudeste/Centro Oeste e inferiores a 1,0% nos subsistemas Norte e Nordeste, em todo horizonte de estudo.

Em 2013, devido à alterações impostas pela reposição de contratos de energia existente com vencimento em 31/12/2012 através das cotas de energia, com frustração do atendimento ao montante necessário aliada ao fato da não entrada em operação comercial de várias usinas térmicas, contratadas através do 7º leilão de Energia Nova, bem como outros fatores de ordem técnica e climática, a Companhia ficou subcontratada em 112,54 MW médios, e desta forma exposta ao mercado de energia de curto prazo - PLD.

34.2.5 Risco de não renovação das concessões

A lei nº 12.783/2013 publicada em 14.01.2013 disciplinou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as concessões alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei 9.074/2015. No entanto, a prorrogação é facultada a aceitação expressa das condições daquela lei.

No segmento de geração, foram quatro as usinas alcançadas pela Lei nº 12.783/2013: Rio dos Patos com 1,8 MW, Mourão com 8,2 MW, Chopim com 1,8 MW e Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260 MW de capacidade instalada.

Visando preservar os atuais níveis de rentabilidade da empresa, estas usinas não foram prorrogadas, pois estudos apontaram sua inviabilidade frente as condições impostas pelo poder concedente. Ao término contratual, estas usinas serão licitadas, sem a garantia da empresa sagrar-se vencedora do certame.

No segmento de transmissão, as instalações constantes do Contrato de Concessão nº 060/2001, foram prorrogadas por mais 30 anos, segundo as condições impostas pela Lei nº 12.783/2013. Neste caso, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reforma das estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização pela Aneel. A garantia de ressarcimento pelo órgão regulador, afasta a possibilidade de perdas financeira bem como preserva os atuais níveis de rentabilidade da Companhia.

No segmento de distribuição, a Companhia manifestou-se favorável pela prorrogação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da Lei nº 12.783/2013. No momento, aguarda-se a decisão do Poder Concedente pela prorrogação. Caso as condições estabelecidas pelo Poder Concedente garantam os níveis de rentabilidade da empresa, a Companhia assinará o contrato de

concessão ou termo aditivo, por um período de mais 30 anos. Apesar do contexto de incertezas no cenário regulatório, a Companhia confia na possibilidade de renovação do referido contrato de concessão, embora não possua informações suficientes para garantir a renovação do contrato de concessão de distribuição em termos favoráveis.

Copel Geração e Transmissão	
Contratos de concessões / autorizações	Datas de vencimento
Hidrelétricas	
Concessão de geração nº 045/1999	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (a) (b)	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Mourão (a) (b)	07.07.2015
Marumbi (c)	-
São Jorge	03.12.2024
Rio dos Patos (a) (b)	14.02.2014
Melissa (d)	-
Salto do Vau (d)	-
Pitangui (d)	-
Concessão de Uso de Bem Público nº 007/2013	
Chaminé (e)	16.08.2026
Apucarantina (e)	12.10.2025
Derivação do Rio Jordão (e)	15.11.2029
Chopim I (a) (b) (e)	07.07.2015
Cavernoso (e)	07.01.2031
Concessão de geração nº 001/2007 - Mauá - 51% da Copel	02.07.2042
Concessão de geração nº 001/2011 - Colíder (f)	16.01.2046
Autorização - Cavernoso II	27.02.2046
Termelétrica	
Concessão de geração nº 045/1999 - Figueira	26.03.2019
Eólicas	
Autorização - Palmas	28.09.2029
Autorização - Asa Branca I (f) (g)	25.04.2046
Autorização - Asa Branca II (f) (g)	31.05.2046
Autorização - Asa Branca III (f) (g)	31.05.2046
Autorização - Eurús IV (f) (g)	27.04.2046
Autorização - Santa Maria (f) (g)	08.05.2047
Autorização - Santa Helena (f) (g)	09.04.2047
Autorização - Ventos de Santo Uriel (f) (g)	09.04.2047

- (a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária
- (b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão
- (c) Em processo de homologação na Aneel
- (d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel
- (e) Usinas que passaram por mudança no regime de exploração de Serviço Público para Produtor Independente
- (f) Empreendimento em construção
- (g) Usinas incorporadas a partir de 01.08.2013

Copel Geração e Transmissão
Contratos de concessões
Datas de vencimento
Linhas de transmissão e subestações

Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (a)	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (b)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquillo III (b)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT (b)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíba - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 (b)	26.08.2042
Contrato nº 002/13 - Linha de transmissão - Assis - Paraguaçu Paulista II (b)	24.02.2043
Contrato nº 007/13 - Linha de transmissão - Barreiras II - Pirapora 2 - 24,5% Copel GeT (b)	01.05.2043

(a) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012

(b) Empreendimento em construção

Contratos de concessões / autorizações
Datas de vencimento

Copel Distribuição - Contrato de concessão nº 046/99 - Instalações de Distribuição (a)	07.07.2015
Elejor - Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e Santa Clara	24.10.2036
Elejor - Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	18.12.2032
Dona Francisca Energética - Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	27.08.2033
UEG Araucária - Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária	22.12.2029
Foz do Chopim - Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Foz do Chopim	23.04.2030
Compagás - contrato de concessão de distribuição de gás	06.07.2024

(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão, e em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012

34.2.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital é formada:

- a) pela Dívida líquida, definida como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa, e Títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e
- b) pelo Capital próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	Reapresentado 31.12.2012
Endividamento				
Empréstimos e financiamentos	1.019.553	999.827	3.323.784	2.250.878
Debêntures	-	-	1.207.945	1.010.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10.410	29.464	1.741.632	1.459.217
(-) Títulos e valores mobiliários	186	176	389.222	635.501
Dívida líquida	1.008.957	970.187	2.400.875	1.166.837
Patrimônio líquido	12.651.339	12.097.384	12.928.752	12.361.890
Endividamento do patrimônio líquido	0,08	0,08	0,19	0,09

35 Transações com Partes Relacionadas

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 8 - Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, NE nº 15 - Créditos com Partes Relacionadas e NE nº 16 - Investimentos.

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

Consolidado	Ativo		Passivo		Resultado	
		Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (a)	-	-	-	79.539	-	-
Programa luz fraterna (b)	78.987	60.259	-	-	-	-
Empregados cedidos (c)	1.880	1.640	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.380.554	1.384.284	-	-	159.348	188.688
ICMS (NE nº 13.3)	115.439	110.096	252.771	209.570	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 21.5)	-	-	1.125.109	214.855	(15.647)	(2.525)
Dividendos a pagar (d)	-	-	-	63.890	-	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina UTE Araucária	6.499	11.894	-	-	101.628	95.253
Fornecimento e transporte de gás (f)	374	293	-	-	23.912	18.494
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	51.502	43.681	(295.494)	(247.673)
Adiantamento a fornecedores da Compagás (g)	13.504	12.666	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagás	-	-	1.076	1.208	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)	-	-	2.283	1.208	-	-
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	11.985	1.179	-	-
Controladas em conjunto						
Costa Oeste Transmissora de Energia (j)	190	357	-	-	2.113	487
Marumbi Transmissora de Energia (k)	184	174	-	-	2.042	510
Caiuá Transmissora de Energia (l)	221	-	-	-	478	345
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A. (m)	-	-	6.320	6.045	(71.950)	(67.354)
Foz do Chopim Energética Ltda. (n)	201	135	-	-	1.725	1.602
Sercomtel S.A. Telecomunicações (o)	192	179	-	-	2.287	2.142
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	(16.829)	(14.559)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	(1.089)	(808)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(12.270)	(10.694)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	967.232	701.049	-	-
Lactec (p)	27.229	18.742	587	303	(5.060)	(5.896)

- a) Ao Governo do Estado do Paraná, será proposto a título de dividendos do exercício de 2013, o montante de R\$ 166.321, deste, foi antecipado em dezembro de 2013 o valor de R\$ 96.470. A parcela restante será distribuída após a aprovação da destinação do lucro do exercício, na AGO.
- b) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.

- c) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2013 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.614 (R\$ 1.466 em 31.12.2012).
- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais). À BNDESPAR, será proposto a título de dividendos do exercício de 2013, o montante de R\$ 133.603 (127.166 líquidos de IRRF), deste, foi antecipado em dezembro de 2013 o valor líquido de R\$ 71.055. A parcela restante será distribuída após a aprovação da destinação do lucro do exercício, na AGO.
- e) A Petrobras detém 20% do capital social da UEG Araucária e 24,5% do capital social da Compagás.
- f) O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda pela Compagás.
- g) O adiantamento a fornecedores da Compagás refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagás possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagás e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração da Compagás entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31.12.2013 será efetuada nos próximos exercícios.
- h) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagás. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Compagás.
- i) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Elejor.
- j) Contrato de prestação de serviço de engenharia, realizado com a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 30.10.2015;
- k) Contrato de prestação de serviço de engenharia, realizado com a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 30.09.2015;
- l) Contratos de prestação de serviços específicos de gestão ambiental, realizado com a Copel Geração e Transmissão, com vencimentos em 14.03.2015;
- m) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2015.
- n) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.

- o) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição.
- p) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

35.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

35.1.1 Concedidos pela Controladora

A Controladora concedeu os seguintes avais e garantias:

- a) avais na contratação de empréstimos pelas suas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel, conforme NE nº 21.7.
- b) garantia fidejussória correspondente à sua participação acionária de 70% na emissão das debêntures da sua controlada Elejor em 26.09.2013, conforme NE nº 22.
- c) avais correspondentes à sua participação acionária de 23,03% à sua coligada Dona Francisca Energética S.A., em 2002, em financiamentos tomados junto ao BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário), com prazo de liquidação até 2015. Em 31.12.2013, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 9.393 com o BNDES e R\$ 5.402 com o Bradesco.

35.1.2 Concedidos pela Copel Geração e Transmissão

Empreendimentos controlados em conjunto	Financiamento	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Total emitido	% aval	Saldo 31.12.2013
Transmissora Sul Brasileira (a)	Debêntures	27.09.2013	22.09.2014	150.000	150.000	20%	153.202
Caiuá Transmissora (b)	Notas promissórias	30.10.2013 05.12.2013	28.04.2014	42.000	21.000 12.600	49%	34.051
Integração Maranhense (c)	Notas promissórias	30.10.2013 05.12.2013	28.04.2014	71.000	28.400 21.300	49%	50.341
Matrinchã Transmissora (d)	Debêntures	20.06.2013	20.12.2014	800.000	540.000	49%	567.126
Guaraciaba Transmissora (e)	Debêntures	20.06.2013	20.12.2014	400.000	230.000	49%	241.553

Instituição financeira financiadora:

Banco Bradesco BBI S.A.: (a) (b) (c)

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.: (d) (e)

Destinação:

"Empréstimo ponte" para operação de financiamento a ser realizado junto ao BNDES: (a) (b) (c)

Capital de giro: (d) (e)

36 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (36.1)	24.08.2014	1.727.388
Incêndio - imóveis próprios e locados (36.2)	24.08.2014	521.633
Responsabilidade civil - Copel (36.3)	24.08.2014	12.000
Responsabilidade civil - Compagas (36.3)	29.10.2014	3.600
Engenharia - Copel (36.4)	24.08.2014	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (36.5)	24.08.2014	apólice por averbação
Multirrisco - Compagas (36.6)	18.12.2014	13.300
Multiriscos - Elejor (36.6)	25.03.2014	446.691
Automóveis (36.7)	20.08.2014	valor de mercado
Riscos diversos (36.8)	24.08.2014	810
Riscos Nomeados - Elejor (36.9)	06.06.2014	500
Riscos operacionais - UEG Araucária (36.10) (a)	31.05.2015	844.991
Garantia Judicial - Compagas (36.11)	03.02.2014	56.938
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	14.07.2014	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	15.01.2014	2.200
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	30.07.2015	44.319
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	27.12.2014	1.850
Riscos Operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (36.13)	23.11.2014	342.139
Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O (36.14) (a)	30.06.2014	58.565

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos operacionais - UEG Araucária e de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2013, R\$ 2,3426.

36.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas da Copel e suas subsidiárias, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica

de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

36.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos conteúdos de propriedade da Copel e suas subsidiárias. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

36.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Copel e suas controladas. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

36.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas da Copel e suas subsidiárias. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

36.5 Seguro de transporte

Garante cobertura para as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações da Copel e suas subsidiárias.

36.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens das Controladas. Visa dar cobertura securitária para possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

36.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 33 veículos segurados da Compagás. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R\$ 150 para danos materiais e R\$ 300 para danos pessoais, para cada veículo.

36.8 Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice de propriedade da Copel e suas subsidiárias, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

36.9 Riscos operacionais - Elejor

Garante cobertura para as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e accidental a prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração e acabados, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado, além de lucros cessantes.

36.10 Riscos operacionais - UEG Araucária

Apólice contratada tipo “*all risks*” (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis), inclusive quebra de máquinas, para todo o complexo da Usina Termelétrica de Araucária.

36.11 Garantia judicial - Compagás

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária..

36.12 Garantia de fiel cumprimento

Garante as obrigações assumidas pela Copel e suas subsidiárias nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

36.13 Riscos operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Caracteriza-se pela cobertura do tipo “*all risks*”, abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos bens segurados de propriedade do Consórcio Cruzeiro do Sul, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições.

Estão cobertos pela apólice as unidades geradoras, subestação, casa de força, barragem, vertedouro e túnel.

Além das coberturas para danos materiais, destacam-se as coberturas adicionais para salvamento e contenção de sinistros, inundação e alagamento, remoção de entulhos, pequenas obras de engenharia, roubo, greves e tumulto, honorários de peritos e despesas extraordinárias. Não inclui cobertura para lucros cessantes.

36.14 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Copel e suas subsidiárias.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

37 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Contratos Bilaterais, Itaipu e CCEAR), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, entre outros).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, de 20.06.2013, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2013, reajuste médio de 13,08%, sendo 11,40% relativos ao reajuste das tarifas e 1,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ 21.967, sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2012-2013, no valor de R\$ 15.780, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 6.187. Após a retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior e do diferimento parcial do reajuste, o efeito desse reajuste foi um aumento médio de 9,55% nas tarifas dos consumidores,

conforme Resolução Homologatória nº 1.565, de 09.07.2013.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas demonstrações financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	14.181	-	-
CDE	-	5.856	-	-
Proinfa	-	5.565	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.356	-	-
Outros componentes financeiros	-	17.312	-	-
	-	44.270	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2013				
CCC	3.779	1.626	-	1.626
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	917	22.047	-	22.047
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	5	-	-	-
ESS	-	35.860	-	35.860
CDE	-	3.261	-	3.261
Proinfa	5.534	1.037	-	1.037
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	4.614	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.297	-	1.297
Outros componentes financeiros	45.146	35.249	-	35.250
	59.995	100.377	-	100.378
CVA recuperável reajuste tarifário 2014				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	18.587	-	18.587	-
Proinfa	154	-	154	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	71.335	-	71.335	-
Outros componentes financeiros	137.728	-	137.728	-
	227.804	-	227.804	-
	287.799	144.647	227.804	100.378



Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	-	363	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	17.871	-	-
ESS	-	18.982	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	9.679	-	-
Outros componentes financeiros	-	24.465	-	-
	-	71.360	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.062	-	10.062
ESS	684	-	-	-
CDE	2.851	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	41.828	-	41.828
Transporte de energia comprada (Itaipu)	661	-	-	-
Outros componentes financeiros	2.616	22.902	-	22.902
	6.812	74.792	-	74.792
CVA compensável reajuste tarifário 2014				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	3.753	-	3.753	-
ESS	39.610	-	39.610	-
CDE	87	-	87	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	20	-	20	-
Outros componentes financeiros	1.804	-	1.804	-
	45.274	-	45.274	-
	52.086	146.152	45.274	74.792

Mutação da CVA

	Saldo em 1º.01.2013	Diferimento	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31.12.2013
Ativo						
CCC	3.252	4.130	(3.948)	345	-	3.779
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	58.275	(3.828)	(15.791)	(565)	-	38.091
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	-	11	(6)	-	-	5
ESS	71.720	(71.165)	-	(555)	-	-
CDE	12.378	(6.267)	(6.109)	(2)	-	-
Proinfa	7.639	9.083	(11.575)	695	-	5.842
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	-	147.229	(4.614)	4.669	-	147.284
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.950	(2.539)	(1.415)	4	-	-
Outros componentes financeiros	87.811	289.650	(62.458)	5.599	-	320.602
	245.025	366.304	(105.916)	10.190	-	515.603
Circulante	144.647	22.489	(105.913)	3.761	222.815	287.799
Não Circulante	100.378	343.815	(3)	6.429	(222.815)	227.804
Passivo						
CCC	363	-	(376)	13	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	37.995	(12.970)	(18.643)	1.124	-	7.506
ESS	18.982	83.075	(20.484)	(1.669)	-	79.904
CDE	-	6.059	(2.983)	(51)	-	3.025
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	93.335	(83.475)	(10.105)	245	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.336	(692)	57	-	701
Outros componentes financeiros	70.269	(36.222)	(27.082)	(741)	-	6.224
	220.944	(42.197)	(80.365)	(1.022)	-	97.360
Circulante	146.152	(101.466)	(80.365)	34	87.731	52.086
Não Circulante	74.792	59.269	-	(1.056)	(87.731)	45.274

38 Medida Provisória nº 627/13

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627 - MP 627, de 11.11.2013 e Instrução Normativa 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN 1422 de 19.12.2013 - IN 1397.

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º.01.2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º.01.2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada, contudo aguardará a conversão em Lei da MP 627 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2013.

As conclusões da Administração consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP 627, sendo que em sua conversão em Lei, há a possibilidade de seu texto sofrer alterações e, isto ocorrendo, a interpretação da Administração deverá ser revista, em função do novo texto.